

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970

Tel e Fax: +55 19 3429 0800

www.imaflora.org

**Resumo Público de
Avaliação de Recertificação
2018
do Manejo Florestal da:
Veracel Celulose S.A.
em
Eunápolis - BA**

Relatório finalizado:	06 de abril de 2018
Data de auditoria fase II:	13 a 24 de novembro de 2017
Equipe de auditoria:	Maureen Voigtlaender Alexandre Sakavicius Borges Fabio Zanirato Clarissa Magalhães Mariana Miranda Zanetti
Responsável pelo processo no Imaflora	Ellen Keyti Cavalheri
Código de certificação:	IMA-MF-0002
Emissão do certificado:	06 de abril de 2018
Expiração do certificado:	05 de abril de 2023
Contato do empreendimento: Endereço escritório central	Luiz Henrique Tapia. Fazenda Brasilândia, s/n, Rodovia BA 275, Km 24, CEP: 45.820-970 - Eunápolis/BA.
Responsável pelo Manejo Florestal Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	Luiz Henrique Tapia. luiz.tapia@veracel.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIações	3
1. INTRODUÇÃO	7
2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF	7
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO	8
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO	10
5. PROCESSO DE AUDITORIA	11
5.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	11
5.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA FASE II:	13
5.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:	16
6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	17
6.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS:	17
6.2. COMENTÁRIOS RECEBIDOS NA CONSULTA PRÉVIA E TRATAMENTO DAS DEMANDAS	19
6.3. CUMPRIMENTO DE AÇÕES CORRETIVAS (SOMENTE PARA RECERTIFICAÇÕES)	29
6.4. DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	30
6.5. OBSERVAÇÕES	32
6.6. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	33
ANEXO I – Escopo do EMF	34
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	35
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	43

SIGLAS E ABREVIações

ABAF	Associação Baiana das Empresas de Base Florestal
ABM	Agroindústria de Beneficiamento de Mandioca
ACC	<i>Accreditation</i>
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
APR	Análise Preliminar de Risco
APREMA	Associação dos Produtores Rurais de Embaré e Adjacências
ASAPMA	Associação de Apicultores e Meio Ambiente de Guaratinga
ASPECOR	Associação de Pequenos Produtores do Córrego Vermelho
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
BA	Bahia
BDT	Boletim Diário de Trabalho
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Brasil
CAL	Controle de Avaliação de Legislação
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDA	Conselho de Desenvolvimento Agrário
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEA	Centro de Estudos Ambientais
CEM	Controle de Entrega de Madeira
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CEPRAM	Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CIPATR	Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho Rural
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CoC	<i>Chain of Custody</i> (Cadeia de Custódia)
COFINS	Contribuição para o financiamento da Seguridade Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente

CRI	Cartório de Registro de Imóveis
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS
CS	Comitê de Sustentabilidade
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DDMA	Diálogo Direto de Meio Ambiente
DDS	Diálogo Diário de Segurança
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EEP	Escola de Engenharia de Piracicaba
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMF	Empreendimento de Manejo Florestal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEB	Federação Industrial do Estado da Bahia
FLONA	Floresta Nacional
FTAG-BA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Ha/ha	Hectare
HSMT	Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFC	Inventário Florestal Contínuo
IFQ	Inventário Florestal Qualitativo
IMA	Incremento Médio Anual
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPC	Inventário Pré-Corte
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPEF	Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISB	Inventário de Sobrevivência
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITER	Instituto de Terras
ITR	Imposto Territorial Rural

ITTA	Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais
Kg	Quilogramas
Km	Quilômetro
LTCAT	Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
Ltda.	Limitada
MA	Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Sem Terra
NCR	<i>Non Conformity Report</i>
NR	Norma Regulamentadora
NTFP	Produtos Florestais Não-Madeireiros
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OBS	Observação
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
P&C	Princípios e Critérios
PCCF	Programa Cooperativo em Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
PEAV	Programa de Educação Ambiental da Veracel
PMF	Plano de Manejo Florestal
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PO	Procedimento Operacional
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROMAB	Programa de Monitoramento de Microbacias
PTEAS	Projetos Técnicos, Econômicos, Ambientais e Sociais
RABQSA	Registrar Accreditation Board and Quality Society of Australasia
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
RL	Reserva Legal
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas

RPPM	Resumo Público do Plano de Manejo
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
S/A	Sociedade Anônima
SEMAB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Eunápolis
S/N	Sem Número
SAP	<i>Systems, Applications, and Products in Data Processing</i>
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
SESTR	Serviço Especializado em Segurança do Trabalho Rural
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIGLA	Sistema de Gestão dos Licenciamentos Ambientais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SSO	Saúde e Segurança Operacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis
TI	Terras Indígenas
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
TRF	Tribunal Regional Federal
UC	Unidade de Conservação
UFABC	Universidade Federal do ABC
UMF	Unidade de Manejo Florestal

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de avaliação foi analisar a performance ambiental, social e econômica do manejo florestal da Veracel Celulose S.A. conforme definido pelos princípios e critérios estabelecidos na ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.

Este relatório apresenta os resultados de uma auditoria independente de avaliação de certificação conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.

A seção 6 deste relatório descreve as conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 e as ações de seguimento solicitadas ao empreendimento por meio de suas não conformidades identificadas.

As informações descritas nos itens 2; 3 e 4 deste relatório foram extraídas de documentos fornecidos pelo EMF, tais como Plano de Manejo e procedimentos operacionais, sendo sua veracidade analisada durante as atividades de campo através da análise dos indicadores descritos no Anexo III.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreende planejamento da auditoria, avaliação e certificação e decisões, são de responsabilidade do mesmo que não subcontrata nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicos.

Resolução de conflito: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços, se identificados, são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF

As atividades da Veracel foram iniciadas em 1991, quando a empresa adquiriu as primeiras terras no Sul da Bahia. A produção iniciou-se, efetivamente, em 2005. Em novembro de 2014, a Veracel alcançou a produção de 10 milhões de toneladas – um marco para a Empresa e para a região. A área licenciada para o projeto da Veracel localiza-se ao sul do Estado da Bahia e abrange 25 municípios. Atualmente, a área plantada está distribuída em 10 municípios: Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália que somam uma área de 1,42 milhão de hectares.

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

A licença de localização do empreendimento compreende uma área aproximada de dois milhões de hectares, dentro da qual a Veracel pode adquirir terras para implantação de florestas. A distância média de transporte de madeira entre os plantios atuais e a fábrica é de cerca de 60 quilômetros. Dentro da área licenciada, uma série de condicionantes socioambientais determina a localização e os limites de plantio por município. De acordo com a licença ambiental concedida, a Veracel não planta eucalipto em: 1) Fragmentos de Mata Atlântica convertidos após novembro de 1994; visando a atender ao padrão de certificação do FSC; 2) Áreas onde identificou-se, a partir de ortofotocartas (1995/1996), vegetação nativa com florestas primárias ou em estágios médio e avançado de regeneração; 3) Faixa de 10 quilômetros de largura a partir do litoral, a fim de preservar as características naturais da Costa do Descobrimento; e 4) Área que exceda o percentual total licenciado por município para plantios próprios, ou seja, 15% do total da área de efetivo plantio para os municípios litorâneos e 20% para os demais.

Nas áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente, Proteção Adicionais e da RPPN Estação Veracel existem várias tipologias vegetacionais (floresta em estágio médio de regeneração, pasto limpo, pasto sujo, floresta estágio inicial de regeneração, mussunungas/campinaranas, floresta estágio avançado de regeneração, floresta primária e outras.

Os plantios da Veracel são formados 100% por clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*, originárias de regiões de clima tropical e, portanto, adequadas às condições climáticas encontradas na região sul da Bahia, da mesma forma que o híbrido resultante, denominado *urograndis*. A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados em seus plantios. A técnica utilizada para plantio das mudas de eucalipto é a do cultivo mínimo, que visa a reduzir ao máximo a interferência no solo. O período médio de rotação é de sete anos, podendo variar entre cinco e oito. Efetuado o primeiro corte, as plantações podem ser manejadas por talhadia (condução de brotação) ou alto-fuste (reforma), de acordo com os resultados de avaliação detalhada do inventário florestal pré-corte e outras informações relevantes. A produtividade florestal da Veracel sofreu quedas nos últimos anos, sobretudo em função das condições climáticas, sendo hoje da ordem de 41 m³/ha/ano (com casca) no primeiro corte, correspondendo a um volume de madeira de 290 m³/ha aos sete anos de idade.

O planejamento da produção é executado a partir do processamento de informações relativas à situação de terras e florestas e aos níveis de produtividade florestal, buscando otimizar os custos de produção considerando as melhores práticas sociais e ambientais. Em caso de contingências que comprometam o suprimento de madeira, a empresa monitora fontes alternativas de matéria-prima no mercado, realizando uma atualização neste ano. Identificou-se a possibilidade de aquisição de madeira em Minas Gerais: Região do Jequitinhonha; Salinas, Grão Mogol e Almenara. Ainda existe madeira, no estado da Bahia, na região de atuação da empresa, e também nas regiões de Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas. Cadastro com os fornecedores potenciais pode ser consultado com a Gerência de Planejamento Florestal. De forma sucinta, o processo de planejamento florestal da Veracel pode ser descrito a partir dos seus produtos principais, que são os planos de longo, médio e curto prazos, e elaboração dos PTEAS. Em seu

conjunto, indicam quanto, quando e onde plantar e colher florestas, bem como a previsão dos investimentos necessários, os riscos e impactos operacionais à comunidade e meio ambiente, bem como a forma de mitiga-los.

As mudas para os plantios de eucalipto da Veracel são produzidas em viveiro próprio localizado no município de Eunápolis e parte por terceiros. O viveiro da Veracel possui capacidade nominal para produzir até 24 milhões de mudas/ano. O método empregado para produção das mudas é a miniestaquia, que consiste na retirada de ramos (brotos) em minijardim clonal, a partir do qual se obtém uma estaca que, em condições controladas de luz, temperatura e umidade, desenvolve raízes e torna-se uma muda geneticamente idêntica à árvore que a deu origem.

A formação das florestas compreende duas fases, sendo elas a reforma de áreas onde já eram plantios de eucalipto e a implantação de novas áreas. As atividades em ambas as fases vão do preparo de solo e plantio até 12 meses dos mesmos. Após essa etapa, a floresta entra na fase de manutenção, onde recebe todos os cuidados para que chegue nas melhores condições e produtividade na idade da colheita. A técnica utilizada para o plantio é a do cultivo mínimo, que visa reduzir ao máximo a interferência no solo, protegendo-o contra erosão, mantendo sua umidade e evitando o assoreamento dos cursos d'água. Após o plantio, são iniciadas as atividades de manejo do primeiro ano, que incluem controle de formigas cortadeiras, capina química com pré-emergente, capina química na entrelinha de plantio, roçadas e adubação de cobertura (12 meses após plantio). Após o primeiro ano, tem início a fase de manutenção florestal que se prolonga até a colheita da madeira produzida. Nesse período, o monitoramento de formigas cortadeiras é realizado por equipes especializadas, talhão a talhão, a cada seis meses. Conforme a infestação e danos econômicos encontrado nos monitoramentos, são geradas recomendações de controle, especificando tipos de combate (direto ou sistemático – porta iscas e a dose de iscas formicidas à base de sulfluramida por hectare (Kg/ha). O objetivo desse monitoramento é otimizar o uso de formicida adequando a dose ao mínimo necessário para cada talhão. A operação de capina química pré-emergente, que utiliza o Sulfentrazone ou Isoxaflutole na linha de plantio ou em área total com o objetivo de impedir a germinação das plantas daninhas monocotiledôneas e dicotiledôneas presentes na área aplicada, podendo ser realizada até duas remontas após a primeira aplicação (45 e 90 dias após o plantio). Em média, são realizadas duas capinas químicas com pré-emergente após a primeira aplicação. A operação de capina química pós-emergente, que utiliza o glifosato como princípio ativo, é realizada quando constatada a infestação de plantas daninhas que competem por água, luz ou nutrientes com o eucalipto. Em média, são realizadas duas capinas químicas na área total durante todo o primeiro ano de formação do plantio, porém, dependendo do porte e do tipo de planta daninha, pode-se optar por roçada na área total. Periodicamente são realizadas análises de solo e água, visando identificar a eventual presença dos princípios ativos nesses meios.

A colheita é realizada, em geral, sete anos após o plantio. O sistema utilizado é o conjunto *harvester* e *forwarder* ou *feller*, *harvester* e *forwarder*. A escolha deste modelo teve como principal razão a retenção da biomassa residual da colheita (cascas, folhas e galhos finos), no campo. Ela protege e melhora as características físicas e nutricionais do solo e favorece a sustentabilidade florestal. Além disso, confere maior valor agregado ao produto, permitindo menor intervalo entre o período da colheita e o novo plantio, otimizando, assim, o uso da terra. Os *harvesters* derrubam, desgalham, descascam, traçam e embandeiram toras com seis metros de comprimento,

distribuídas ao longo dos talhões. Já a retirada das toras para as margens das estradas, formando-se pilhas de madeira é realizada com *forwarders* e denominada de baldeio. Já no sistema *feller-harvester-forwarder*, o *feller* realiza a derrubada, os *harvesters* o desgalhamento, descascamento, traçamento e o embandeiramento, enquanto o *forwarder* faz a retirada das toras para as margens das estradas.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO

Na época do descobrimento do Brasil, no século XVI, a ocupação do território nacional foi iniciada pela região do Sul da Bahia, a partir do estabelecimento de entrepostos comerciais na costa litorânea, na qual os produtos da floresta, como o pau-brasil e outras madeiras nobres, eram coletados e enviados a Portugal. Ainda na primeira metade do século XVI, a plantação de cana-de-açúcar foi iniciada na região. No século XVII, após várias crises da cultura da cana, teve início outro ciclo, efetivado a partir do início do século XVIII. Esse novo ciclo era caracterizado pelo intenso comércio de madeira nativa e, em seu final, houve a introdução das culturas de algodão, café e cacau. A cultura do cacau, consolidada por meio da sua expansão no século XIX, sofreu crise severa nos anos de 1900, em função da baixa produtividade, da concorrência internacional e do surgimento de pragas e doenças. A degradação dos recursos naturais da região, mais especificamente dos componentes florísticos da Mata Atlântica, iniciou-se em meados do século passado, atingindo seu auge nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 1970, a construção da BR-101 e de suas derivações acelerou ainda mais o processo de degradação, facilitando a disseminação de centenas de serrarias e carvoarias por toda a região. O processo de ocupação resultou na conversão da floresta nativa em uma imensa área de pastagem degradada, entremeada por remanescentes da Mata Atlântica bastante descaracterizados. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em 2000, o uso econômico de terras na região se deu com pastagem (75%), eucalipto (13%), cacau (7%) e outros usos (5%). Como pode ser observado, a pecuária extensiva é a atividade rural principal em termos de ocupação de área. Contudo, devido às características da região e das técnicas empregadas, tem baixo rendimento por hectare e baixa taxa de emprego.

As operações da Veracel estão concentradas em duas regiões do estado da Bahia designadas como Território de Identidade da Costa do Descobrimento e Território de Identidade Litoral Sul. Criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, Território de Identidade (TI) é uma estratégia de desenvolvimento que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas e geográficas, a fim de estimular a cooperação e a articulação regional.

O Território de Identidade (TI) Costa do Descobrimento

Compreende uma área de 12.132 km², equivalente a 2,1% do território da Bahia, sendo composto por oito municípios: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia. Em 2010, segundo dados do Censo Demográfico (IBGE), a população era de 347.236 habitantes, correspondendo a 2,47% do total do estado. Diversas áreas do território são legalmente protegidas. Foram identificadas 35 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. Há uma concentração de unidades de conservação na zona litorânea do TI, com exceção das áreas próximas à sede administrativa de Porto Seguro. Aproximadamente 10% da área total do território tem algum tipo de proteção de caráter estadual ou federal, o equivalente a 124.796 hectares. Entre as áreas protegidas, com aproximadamente

25.848 hectares, destaca-se a Área de Proteção Ambiental (APA) Santo Antônio, de uso sustentável, nos municípios de Belmonte e Santa Cruz de Cabralia. Os arranjos produtivos rurais de destaque são o gado bovino, a heveicultura (cultura de seringueira), a silvicultura e o cultivo de mamão. A bovinocultura da região é representada pela prática de pecuária extensiva e conduzida por pecuaristas semiextrativistas dos recursos naturais. A silvicultura tem presença expressiva. Assim como o TI Extremo Sul, a percepção, especialmente do setor empresarial é de que esta é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, de maior produtividade. Na infraestrutura de transporte, destaca-se a rodovia BR-101 que perpassa todo o Território e faz a integração com o Extremo Sul e o Litoral Sul. A BR-367 liga Eunápolis a Porto Seguro, que conta com aeroporto internacional é importante na dinâmica da economia local. A Costa do Descobrimento é reconhecida pelo seu potencial turístico, especialmente nos municípios litorâneos. A pecuária é marcada pela produção de leite, bovinos, caprinos, ovinos e aves.

Território de Identidade Litoral Sul

O Território Litoral Sul abrange uma área de 14.736 km² e é composto por 26 municípios. A população total do território é de 772.694 habitantes, 139.828 dos quais (18,10%) vivem na área rural. Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades quilombolas e dois territórios indígenas. Composta por várias etnias, as comunidades indígenas e quilombolas sofrem com a falta de inclusão social. A maioria vive à margem da sociedade local, passando por um processo de perda de identidade e valores culturais, fator observado principalmente no contexto dos povos quilombolas. O IDH médio do Território é 0,67. Extensas áreas são legalmente protegidas, tendo sido identificadas 51 unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas no Território. As unidades de conservação federais e estaduais somam 377.293 hectares, o que corresponde a 26% da área total do TI Litoral Sul. Aproximadamente 83% é de uso sustentável, com destaque para a APA de Lagoa Encantada e rio Almada, presente em 10 municípios do território com 158.083 hectares. Entre as áreas para proteção integral, destaca-se o Parque Nacional de Serra das Lontras e o Parque Estadual da Serra do Conduru. Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI Litoral Sul são a cacauicultura, a caprinocultura/ovinocultura, a heveicultura e o cultivo de dendê. Com relação ao cultivo de cacau, esse território concentra os grandes produtores e é a região com maior concentração da renda arrecadada em termos de valor da produção e área plantada. A Veracel atua em dois municípios deste Território: Canavieiras e Mascote.

5. PROCESSO DE AUDITORIA

5.1. Auditores e qualificações

a) Auditoria Fase I:

Nome do auditor	Ellen Keyti Cavalheri	Atribuições do auditor	Auditora
Qualificações	Coordenadora de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Licenciada em Ciências Agrárias e Engenheira Florestal formada pela ESALQ/USP, representante da Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em cursos de formação e atualização para auditores promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance e formação de auditora líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		

b) Auditoria Fase II:

Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditora líder
Qualificações	Engenheira Florestal, Mestre, Doutora em Ciências e Pós-doutoranda em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Possui formação em cursos internos de auditores ministrados pelo IMAFLORA e formação adicional em curso de ISO 14001:2015 (Lead Assessor) e treinamento de Formação de Auditores e equipe interna de Manejo Florestal Sustentável (CERFLOR).		
Nome do auditor	Alexandre Sakavicius Borges	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Engenheiro Florestal com vinte anos de experiência em plantações florestais, projetos ambientais e legais, e certificações florestal e ambiental, com participação em mais de oitenta processos de certificação socioambiental FSC. Auditor líder nos sistemas FSC, CERFLOR e ISO 14001; instrutor de cursos de formação e atualização para auditores e líderes FSC e CERFLOR, promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance. Possui formação adicional em cursos sobre ISO 19011 (atuação como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente).		
Nome do auditor	Fabio Zanirato	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Engenheiro Florestal, especialista em Gerenciamento Ambiental com experiências voltadas a elaboração e execução de projetos socioambientais, na implantação de técnicas de adequação ambiental de propriedades e territórios tradicionais, implantação e execução de atividades voltadas à recuperação dos recursos hídricos e também na elaboração de projetos e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental. Consultor do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação FSC, possui formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder).		
Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Auditora social
Qualificações	Doutora em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Energia pela UFABC (Área Ambiente e Sociedade), SP. Antropóloga pela UNICAMP, SP. Consultora especialista em programas de apoio à implementação de gestão participativa e agendas socioambientais junto a instituições dos três setores, com larga experiência em planejamento e gestão de projetos. Experiência pregressa junto ao sindicalismo rural, tendo coordenado programa de formação de dirigentes na Escola Sindical São Paulo. Já participou em mais de 40 processos de certificação florestal, especialmente de grandes empresas do país. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora/Rainforest Alliance e Lead Assessor ISO 9001: 2015.		
Nome do auditor	Mariana Miranda Zanetti	Atribuições do auditor	Auditora social
Qualificações	Socióloga formada pela UFSCar, com especialização em Responsabilidade Socioambiental pela FGV. Sólida experiência na área socioambiental e certificação FSC, com atuação nas áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão		

	Socioambiental em empresas florestais dos setores de papel e celulose e madeira (plantações e manejo de nativas). Possui formação adicional em ISO 14001 e 19011 (Auditor Líder) pela ATSG e treinamento como auditora social e certificação FSC e CERFLOR pelo Imaflora/Rainforest Alliance e IPEF/IDGES.		
Nome do auditor	Roberto Sartori	Atribuições do auditor	Auditor de cadeia de custódia
Qualificações	Economista e mestre em Recursos Florestais é integrante de equipes de auditoria de cadeia de custódia do Imaflora desde março de 2013 e tem experiência em manejo florestal na Amazônia. Possui formação de Auditor Líder em sistema de gestão de qualidade com base na NBR ISO 9001 pela HGB/Sam Institute- STAT-AMATRIX, reconhecido pelo RABQSA.		

5.2. Cronograma de auditoria fase II:

Data	Localização / Principais sítios	Principais atividades
13/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Reunião de abertura - Definição e planejamento da logística de campo
14/11/2017	IBAMA (Eunápolis/BA)	- Consulta a partes interessadas
	São Miguel (Eunápolis/BA)	- AAVC RPPN Estação Veracel - Medidas de controle - Conservação do remanescente natural - Conservação de estradas e aceiros - Centro de Educação Ambiental
	Imbiriba (Porto Seguro/BA)	- AAVC Imbiriba - Medidas de controle - Conservação do remanescente natural - Conservação de estradas e aceiros
	Santa Maria (Porto Seguro/BA)	- AAVC Santa Maria - Medidas de controle - Conservação do remanescente natural - Conservação de estradas e aceiros
	Jequitiba (Eunápolis/BA)	- Adubação mecanizada - Entrevista com trabalhadores terceiros - Conservação do remanescente natural - Conservação de estradas e aceiros
	- Aldeia Nova Esperança (Pataxó) - Comunidade Frutos da Terra (Porto Seguro/BA)	- Consulta a partes interessadas: comunidade indígena (questões fundiárias) e comunidade vizinha à área de manejo (impacto de operações florestais)
	Comunidade Pimenteira (Canavieiras/BA)	- Consulta a partes interessadas: comunidade vizinha à área de manejo (impacto de operações florestais)
	Comunidade Córrego Vermelho (Belmonte/BA)	
	Jambeiro I (Eunápolis/BA)	- Capina química (aplicação de herbicida pré

		emergente) - Entrevistas com trabalhadores - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Jambeiro III (Eunápolis/BA)	- Colheita florestal - Módulo de colheita florestal - Entrevistas com trabalhadores - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Projeto Taquara	AAVC
	Projeto Arapuia	Capina química total mecanizada
	Projeto Aderno	Preparo de solo
	Comunidade Santa Maria Eterna	Alojamento de trabalhadores
15/11/2017	Feriado Nacional	
16/11/2017	Copaíba (Eunápolis/BA)	- Plantio - Carregamento e transporte florestal - Entrevista com trabalhadores terceiros - Conservação do remanescente natural - Conservação de estradas e aceiros
	- Funai (Coordenação Regional do Sul da Bahia) - Aldeia Juerana (Pataxó) - Aldeia Agricultura (Gleba B da TI Coroa Vermelha – Pataxó) (Porto Seguro/BA)	- Consulta a partes interessadas: comunidade indígena (questões fundiárias e projetos sociais)
	Comunidade Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia/BA)	- Consulta a partes interessadas: (projetos sociais)
	- Sindicato de Trabalhadores Rurais de Eunápolis - Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG/BA (Eunápolis/BA)	- Consulta a partes interessadas
	Paineira (Itabi/BA)	- Plantio - Entrevistas com trabalhadores - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Tapicuru (Mascote/BA)	- Cascalheira - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Projeto Piaçava (talhão 6)	Controle químico entre linhas
	Projeto Embauba (talhões 23 e 24)	Colheita mecanizada (Módulo 1)
	Projeto Embauba (talhão 14)	Colheita mecanizada (Terceirizada)
17/11/2017	Sucupira (Santa Cruz Cabralia/BA)	- AAVC Sucupira
	Santa Bárbara (Santa Cruz Cabralia/BA)	- Áreas de incorporação ao escopo da certificação

	Pequizeiro (Santa Cruz Cabrália/BA)	
	Aldeia Barra Velha (TI Barra Velha – Pataxó) (Porto Seguro/BA)	- Consulta a partes interessadas: comunidade indígena (projetos sociais)
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Infraestrutura de Eunápolis (Eunápolis/BA)	- Consulta a partes interessadas
	- Projeto Operacional Pati - Projeto Operacional Pau d'Arco - Sindicato Rural de Guaratinga (Guaratinga/BA)	- Restauração florestal (nativas) - Entrevistas com trabalhadores terceiros - Manutenção de estradas - Controle de formiga - Projeto social de apicultura - Conservação do remanescente natural
	Liberdade III (Santa Cruz Cabrália/BA)	- Colheita florestal - Módulo de colheita florestal - Entrevistas com trabalhadores - Transporte de trabalhadores - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Ponte Central (Santa Cruz Cabrália/BA)	- AAVC Social (coletores de piaçava)
	Projeto Sapucaia II	- Replântio - Roçada manual - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
20/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Análise documental
	Pré-assentamento Gildásio Sales (MST) (Santa Cruz Cabrália/BA)	- Consulta a partes interessadas: movimentos de luta pela terra (questões fundiárias e projetos sociais)
	Comunidade Embaré (Eunápolis e Guaratinga/BA)	
21/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Análise documental
	Escritório florestal em Eunápolis – BA.	Viveiro de mudas, depósito de produtos químicos e adubos, setores de sanidade, pesquisa e desenvolvimento florestal.
22/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Análise documental
	Fábrica de celulose	Projeto Vida (reciclagem e destinação adequada de resíduos do manejo florestal)
23/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Análise documental - Reunião de consolidação
24/11/2017	Escritório Florestal (Eunápolis/BA)	- Reunião de encerramento

Número total de pessoas dias usadas durante a avaliação:90
= número de auditores participantes **06 X** número médio de dias despendidos na preparação, na auditoria de campo e após campo incluindo a consulta a partes interessadas **15**.

5.3. Descrição das etapas do processo de Avaliação:

5.3.1. Visita Prévia (se aplicável)

Não aplicável em recertificações.

5.3.2. Auditoria Inicial (Auditoria Fase I) tem a função de:

- a) Fornecer subsídios para o planejamento da Auditoria Fase II, por meio do conhecimento sobre o manejo florestal do empreendimento candidato, com base nos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria;
- b) Verificar nos órgãos públicos competentes o cumprimento da legislação, segundo o Princípio 1;
- c) Identificar as partes interessadas a serem convidadas para a Consulta Pública, por meio de levantamento direto e indicações do empreendimento;
- d) Realizar uma Consulta Prévia, envolvendo as partes interessadas sobre o processo de certificação, e estabelecendo um período não inferior a 30 dias para o recebimento de comentários.
- e) Nesta fase também pode ocorrer visita de campo para melhor compreensão do empreendimento e planejamento da auditoria fase II.

Foram examinados diferentes documentos apresentados pelo empreendimento candidato, com os objetivos de avaliar preliminarmente o atendimento dos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria. Foram analisados os seguintes documentos:

- Plano de Manejo Integrado Veracel;
- Procedimentos operacionais de silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas, entre outros;
- Certidões de débitos tributários junto às receitas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidões de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- Certidões de ações junto às Justiças do Trabalho, Federal e Estadual (Cíveis e Penais);
- Documentos relativos ao licenciamento ambiental do empreendimento;
- Documentos relativos ao desempenho ambiental do empreendimento.

As certidões de ação, em especial, listam ações em andamento que envolvem a Veracel como parte processual. A lista de ações será verificada durante a Auditoria Fase II.

A verificação do cumprimento da legislação deu-se por meio da solicitação das certidões acima descritas. Os documentos examinados permitiram constatar uma consistência mínima suficiente para justificar a viabilidade da realização da Auditoria Fase II, que deverá incluir visitas a frentes operacionais e de importância ambiental, comunidades e órgãos públicos, além do exame mais

detalhado de documentos e entrevistas com trabalhadores e membros da equipe do empreendimento.

A identificação de partes interessadas ocorreu por meio de uma lista apresentada pelo empreendimento candidato e listas estratégicas mantidas pelo Imaflora, resultantes de experiências anteriores na região. Foi efetuada uma consulta prévia por e-mail, considerando as partes interessadas identificadas e os prazos estipulados para o recebimento de comentários. Adicionalmente, foi efetuada uma divulgação na página eletrônica do Imaflora, bem como uma divulgação em instrumentos de mídia locais. Durante entrevistas, prévias ou mesmo durante entrevistas presenciais durante a auditoria de campo, novas partes interessadas podem ser identificadas e consultadas.

Conforme descrição já efetuada no item 5.3.1, foi dispensada a realização de visita de campo durante este processo.

5.3.3. Auditoria Inicial (Auditoria Fase II):

Após todas as constatações da Auditoria Fase I, inicia-se a Auditoria Fase II nas dependências do empreendimento para avaliar a implementação dos requisitos da norma. Nesta fase é realizada a Reunião Pública para coletar comentários das partes interessadas.

A auditoria de campo foi realizada nas áreas de manejo da Organização, com o acompanhamento dos técnicos do empreendimento para o fornecimento de informações sobre as atividades e locais auditados. Após as auditorias em campo, foram realizadas análises documentais para o atendimento aos princípios do padrão CERFLOR.

5.3.4. Tratamento de Não Conformidades

Caso seja identificada alguma não conformidade durante o processo, o empreendimento deve tratar a mesma, e a evidência objetiva de cumprimento é requisito para emissão do certificado.

5.3.5. Comissão de Certificação

O processo do EMF passará pela avaliação da comissão de certificação que valida a decisão tomada pelo Imaflora.

6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

6.1. Descrição do Processo de Consulta a Partes Interessadas:

Durante a auditoria foram conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais para verificar as condições de trabalho dentro do EMF, bem como o cumprimento das ações corretivas aplicadas na avaliação anterior.

O objetivo da estratégia de consulta a partes interessadas para a avaliação foi:

- 1) Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos.
- 2) Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais.
- 3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

Esse processo não é somente uma notificação, mas sim, sempre que possível, uma interação detalhada e significativa com as partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas não se encerra após as visitas de campo, podendo ter continuidade inclusive após a decisão de re-certificação. O Imaflora / Rainforest Alliance estimula, a qualquer momento, comentários sobre operações certificadas e utiliza-se de tais comentários, se aplicáveis, em avaliações de campo.

Previamente à avaliação de certificação foi realizado um amplo processo de consulta pública, incluindo a elaboração de uma lista de partes interessadas. O processo de consulta a partes interessadas foi iniciado com sessenta dias de antecedência em relação à data da avaliação de campo. As partes interessadas foram informadas e convidadas via carta anúncio - através de correio eletrônico e postal, fax e telefone – a participarem do processo de consulta pública através de preenchimento de questionários (impressos e disponíveis na internet). Reuniões públicas também são agendadas e pesquisas distribuídas para recolher contribuições das partes interessadas. O seguinte plano de mídia foi desenvolvido:

- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Ativa AM de Eunápolis, com abrangência nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Trancoso, Teixeira de Freitas, Belmonte e mais 21 municípios do Estado da Bahia, divulgado durante o período de 10 a 14/11/2017, totalizando 40 inserções comuns em horários diferenciados;
- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Band FM de Eunápolis, com abrangência nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Trancoso, Teixeira de Freitas, Belmonte e mais 21 municípios do Estado da Bahia, divulgado durante o período de 10 a 14/11/2017, totalizando 40 inserções comuns em horários diferenciados.
- Lançamento da consulta na página eletrônica do Imaflora (www.imaflora.org) no dia 14/09/2017.
- Envio do Comunicado Público por e-mail com o link do Padrão e Questionário, para as partes interessadas no processo e retorno, conforme abaixo:

Tipo (ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).	Número de pessoas/entidades informadas	Número de pessoas/entidades que forneceram comentários
Ass. Entidades	17	00
Auditores Externos	44	00
Colaboradores do FSC	03	00
Colaboradores do Imaflora	26	00
Colaboradores do Rainforest Alliance	03	00
Comunidades (incluindo tradicionais)	58	07
Movimentos sociais	00	02
Conselhos	11	00
Empresas	08	00
Imprensa	67	00
Instituição Acadêmica	08	00
Instituição Religiosa	20	00

Lideranças	33	00
Meio Ambiente	16	00
Membros da comunidade local	00	14
ONGs Ambientais	35	00
ONGs Sociais	01	00
Organizações governamentais	84	02
Outros	78	00
Pesquisadores	08	00
Prestadores de serviço	00	09
Sindicatos	06	05
Trabalhadores próprios	00	38
Trabalhadores terceirizados	00	138
Outros	00	01

- O relatório automático do sistema de envio dos e-mails (Constant Contact) mostra que 526 e-mails foram enviados, sendo que 97 foram abertos e 02 tiveram seus links acessados, mas 16 e-mails não foram recebidos pelo destinatário por motivos diversos. O sistema de envio filtra os e-mails em duplicidade e considera apenas uma vez o envio. Foi recebido um retorno através do e-mail consultapublica@imaflora.org, com informações divulgadas sobre o empreendimento.
- As questões respondidas encontram-se na seção “Comentários recebidos de partes interessadas”.

6.2. Comentários recebidos na consulta prévia e tratamento das demandas

As atividades de consulta a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer comentários de acordo com categorias gerais de interesse baseadas nos critérios de avaliação. A tabela a seguir resume os itens identificados pela equipe de avaliação, com uma rápida discussão de cada um, baseados em entrevistas específicas ou comentários em reunião pública.

Princípios	Comentários de interessados	Resposta do Imaflora
Princípio 1	<p>Indígenas</p> <p>Existem duas minutas de proposta de acordo judicial para por fim à ação de reintegração de posse de área de 15.4379 hectares da Organização, ocupada, que garante a permanência dos indígenas Pataxó “dissidentes da aldeia Guaxuma reunidos na aldeia Nova Esperança”, até a expedição da Portaria Declaratória pela Funai. A primeira minuta foi assinada pelas partes (comunidade indígena, Organização,</p>	<p>O processo judicial relativo à ampliação da TI Barra Velha de 9 mil para 44 mil ha de terras, que estava em fase de carta declaratória, foi suspenso em virtude de questionamentos de terceiros. Atualmente, a Comunidade Indígena Pataxó Dissidente da Aldeia Guaxuma Reunida na Aldeia Nova Esperança ocupa uma área da organização situada nos limites previstos da possível ampliação. Um processo de nove meses foi empreendido para a elaboração de</p>

	<p>Coordenação Regional da Funai do Sul da Bahia, Ministério Público). Entretanto a primeira versão da minuta foi questionada pela Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da Funai de Brasília, que propôs uma nova minuta, desta vez questionada pela Organização. Há pelo menos dois impasses: 1) a prerrogativa de assinatura pela equipe da Coordenação Regional; 2) os termos da atual versão da minuta de proposta de acordo judicial. Em outubro último houve reunião dos indígenas com a equipe da Coordenação Regional da Funai, solicitando avanço na implantação dos termos acordados. Os indígenas enviaram ofício à organização solicitando “agenda entre as áreas jurídicas para pacificação sobre as discordâncias no texto da minuta” e à Funai Brasília solicitando “a designação de competência da Coordenação Regional para a assinatura do acordo”. A Funai Regional reconhece autonomia dos indígenas para esse tipo de acordo e a organização poderia encaminhar diretamente com eles. O possível acordo entre a organização e a Aldeia Nova Esperança, ratificado pela Funai, pode representar um marco inédito na região.</p> <p>Para a Funai o principal documento técnico que referencia uma área indígena é o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, que delimita um território indígena. A organização não reconhece esse documento e aguarda a demarcação, que “fica submetida a interesses políticos</p>	<p>contrato de comodato de posse da terra da organização para a aldeia, com a participação da Coordenação Regional do Sul da Bahia da Funai e do Ministério Público. A minuta de contrato contendo cláusulas nos termos acordados foi assinada pelas partes, mas foi questionado pela Diretoria de Proteção Territorial da Funai de Brasília. Diante disso, a Procuradoria da Funai elaborou uma nova minuta de proposta de acordo judicial, alterando trechos das cláusulas acordadas previamente entre as partes. A organização discorda das alterações propostas em pelo menos dois pontos principais: a retirada da citação de reintegração de posse da área total no caso de descumprimento e a descaracterização do formato de comodato da posse da terra da organização para a comunidade indígena. Está em andamento a tentativa de reunião em Brasília, com a participação das partes envolvidas, para negociar junto à DPT uma nova minuta de comum acordo. A organização considera que a anuência da Funai traz maior legitimidade jurídica ao possível acordo com a comunidade indígena. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>A organização reconhece o RCID. Entretanto, aguarda um posicionamento final da Justiça sobre as Terras Indígenas na região. O processo judicial relativo à declaração e homologação da TI Tupinambá de Belmonte encontra-se em andamento. Existe uma pequena área de cerca de 34 ha em posse da organização</p>
--	--	--

	<p>externos”. Há dois casos especiais que guardam atenção da Funai Regional: TI Barra Velha e TI Tupinambá de Belmonte. Existe uma área vinculada ao relatório de tradicionalidade dos Tupinambás, para a qual a organização estava disposta a adotar mesmo procedimento que o caso da Aldeia Nova Esperança (Pataxó), mas há conflitos com uma comunidade não indígena. Em virtude do conflito, os indígenas ocuparam a área. Existe o apoio da Funai Regional para avanço de acordos entre a organização e a comunidade indígena.</p> <p>(1) <u>Movimentos de luta pela terra</u> Desde 2011 os acordos entre o movimento e a organização trouxeram tranquilidade aos produtores. Existem ainda cerca de 300 hectares em tratativa de permuta, cujos documentos da área não foram aceitos pelo Incra para entrarem nos acordos. O movimento tem ciência de que a responsabilidade pela Reforma Agrária não é da organização e ainda existe um excedente de famílias a serem assentadas pelo Estado. Recentemente houve uma reintegração de posse em área ocupada por famílias vinculadas a outro movimento e o episódio causou rumores entre as famílias, mas houve uma rodada de esclarecimento pelas lideranças</p>	<p>sobreposta à área identificada no relatório de tradicionalidade em Belmonte. Essa área foi ocupada por comunidade rural não tradicional, houve reinteração da posse da terra para a organização e, posteriormente, ocupada por indígenas tupinambás. A área está sem licença para plantio e o órgão responsável por renovar a licença não visita área ocupada. Será necessário realizar a reinteração de posse para a renovação da licença e a continuidade das operações enquanto não há uma decisão judicial sobre a TI Tupinambá de Belmonte. A organização tem bom diálogo com a cacique tupinambá e vem realizando reuniões com a Funai Regional. Também há bom diálogo com lideranças da comunidade rural, para a qual está desenhando apoio por meio de projetos produtivos. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Os acordos de compra-e-venda de terras ao Programa Nacional de Reforma Agrária, estabelecidos entre a organização, movimentos de luta pela terra e órgãos públicos responsáveis nas esferas estadual e federal (Incra e órgãos estaduais como CDA e SDR) com marco temporal em julho de 2011, vêm sendo respeitados. As partes aguardam a efetivação da compra da terra pelo Incra e da transferência da posse da terra aos movimentos, processo que adquiriu morosidade por parte dos órgãos públicos. Está sendo criado um Grupo de Trabalho para intensificar o acompanhamento pelos agentes territoriais do andamento dos processos junto aos órgãos públicos responsáveis. Existe grande ansiedade entre as partes interessadas que construíram os acordos na implantação</p>
--	--	---

	<p>para esclarecimentos de que não se tratava de descumprimento do acordo, pois aquele movimento não é participante dos acordos firmados. Atualmente, tanto os movimentos, quanto a organização, vêm cumprindo os acordos firmados. Existem hoje pelo menos oito áreas em fase final no processo de aquisição de terra pelo órgão público e a presidência do Incra vem sinalizando sensibilidade para a questão dos acordos no sul da Bahia. Entretanto, ainda não foi equacionada a questão de disponibilidade orçamentário-financeira, ponto de pauta de reunião que deverá ser realizada ainda em 2017, com a participação das partes interessadas e órgãos públicos estaduais e federais, para redimir possíveis controvérsias e liberar as áreas cuja documentação já está analisada e aprovada. Há determinação por parte do Governo da Bahia em continuar os esforços para a implantação dos assentamentos de reforma agrária fruto dos acordos de terras.</p> <p>(2) <u>Movimentos de luta pela terra</u> Existe atualmente diálogo aberto entre a organização e movimentos de luta pela terra que estão fora dos acordos de terras, para a busca de solução compartilhada. Desde o início de 2017, há uma situação muito boa de diálogo. Já existem propostas em construção, que envolvem o Governo Federal e o Governo da Bahia, para solucionar os conflitos de terras.</p> <p>(3) <u>Movimentos de luta pela terra</u> O movimento tem acordos de terras fechados com a</p>	<p>de assentamentos em áreas cuja documentação já foi analisada e aprovada pelos órgãos públicos responsáveis. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Existe, por parte da organização, iniciativas de diálogo e possíveis encaminhamentos com movimentos de luta pela terra que ficaram fora dos acordos estabelecidos com o marco temporal de julho de 2011. Os movimentos “fora do acordo” reconhecem a postura propositiva da organização. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Os acordos de compra-e-venda de terras ao PNRA previram com principal mecanismo de compra pelo Incra o</p>
--	---	--

	<p>organização, mas integrantes de outros movimentos ocuparam parte das áreas acordadas. Deveria ser feita a reintegração de posse dessas áreas para serem garantidas dentro do acordo.</p> <p>(4) <u>Movimentos de luta pela terra</u> A organização atua em território que abriga muitos conflitos com movimentos sociais e povos tradicionais. Isso representa um alto custo para a organização e pode comprometer decisões dos acionistas sobre novos investimentos.</p>	<p>Decreto 433. Entretanto, algumas áreas previamente definidas não se enquadraram nas exigências documentais e foram realizadas permutas de áreas. Isso funcionou em grande medida, mas existem casos de movimentos sociais em que há fragilidade na governança interna e alto índice de desacordo e divisão, gerando novos grupos que disputam as mesmas áreas. Houve casos em que uma área dentro do acordo foi ocupada por integrantes de movimentos sociais fora do acordo, houve reintegração de posse para que o processo de compra-e-venda entre a organização e o Incra pudesse prosseguir. Em alguns deles, no entanto, novas ocupações ocorreram, encontrando-se a área com pessoas de movimentos distintos, dentro e fora dos acordos. Nesses casos se torna impossível realizar uma reintegração de posse “parcial”. Foi instalada pelo Governo da Bahia uma “Sala de Situação” do Extremo Sul da Bahia para mediação de conflitos e busca de alternativas de solução caso a caso, com a participação de representantes da Casa Militar, SDR, CDA, Procuradoria, movimentos sociais, empresas, ESALQ). Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>A organização reconhece a complexidade do território onde está instalada e vem investindo em soluções negociadas para resolução de antigos conflitos, especialmente fundiários. Há grande esforço de inteligência e concertação no sentido de criar acordos em formatos ganha-ganha, promovendo desenvolvimento e pacificação do território. Tem especial foco a agricultura familiar, para a qual poderá ser configurada uma plataforma</p>
--	---	--

		<p>de planejamento territorial. Em resposta a essa postura, foi possível verificar nas visitas e entrevistas de campo que a organização é reconhecida e valorizada por comunidades locais, representantes de movimentos sociais e órgãos públicos e demais partes interessadas.</p> <p>A organização disponibilizou informações sobre áreas de Reserva Legal e Proteção Permanente averbadas junto aos órgãos públicos ambientais responsáveis. Há situações de fazendas dentro dos acordos de terras nas quais já é possível realizar a distribuição definitiva de lotes entre as famílias que serão assentadas. Entretanto, existe um pleito de realocação de áreas de RL e APP averbadas como compensação entre fazendas da organização. Para modificar isso são necessários conhecimento e anuência dos órgãos públicos. A organização avalia que a revisão de áreas nesse momento pode interferir no andamento de processos em curso relativos aos acordos de compra-e-venda de terras pelo Incra para o assentamento de famílias. A organização prioriza a implantação dos acordos para, em seguida, encaminhar junto aos movimentos a realocação de áreas de RL e APP. Existem fazendas dentro dos acordos de terras fora dessa situação, nas quais a divisão definitiva dos lotes entre famílias agricultoras já pode ser iniciada. Não foi verificada não conformidade no tema.</p>
	<p><u>(5) Movimentos de luta pela terra</u> O pré-assentamento existe há uma década e até hoje não tem a identificação das áreas de Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente averbadas. Essa informação já foi solicitada à organização, mas ainda não foi passada aos técnicos da ESALQ que prestam apoio técnico ao assentamento. As informações são importantes para que possa ser iniciada a distribuição de lotes entre as famílias para que, mesmo sem a posse definitiva, exista a possibilidade de plantio de “bens de raiz”.</p>	
Princípio 2	N/A	N/A
Princípio 3	N/A	N/A
Princípio 4	<p><u>Ausência de emissão de CAT e doenças ocupacionais</u> Trabalhadores procuram os Sindicatos de Trabalhadores</p>	<p>A organização define (em procedimento interno) acidente de</p>

	<p>Rurais para registro do CAT tendo em vista a ausência do comunicado por parte da organização, bem como reclamações sobre doenças ocupacionais geradas pelas atividades.</p> <p><u>Processo de terceirização da atividade de colheita florestal</u> Uma EPS de colheita florestal, com contrato temporário, tendo em vista a baixa contratação de mão-de-obra local e diferenças de salários aplicados, em comparação com trabalhadores próprios e terceiros exercendo a mesma função. Os contratos temporários não permitem a negociação de acordos coletivos, dificultando a busca por equidades entre os trabalhados próprios e terceirizados.</p>	<p>trabalho aquele que “ocorre no exercício do seu trabalho a serviço da empresa, resultando em lesões corporais ou perturbações funcionais caracterizando em morte ou perda/redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”. A organização registra todos incidentes e acidentes, classificando em 5 tipos. São emitidos os Comunicados de Acidente de Trabalho (CAT) apenas para os acidentes classificados como SPT e CPT, quando há perda ou restrição da execução da sua atividade funcional. Na avaliação documental foram analisados os registros de acidentes classificados sem perda ou restrição da execução da sua atividade funcional. Foram evidenciadas algumas ocorrências sem laudo/atendimento médico para os tipos classificados como SAA (Somente Atendimento Ambulatorial) impossibilitando a constatação se houve (ou não) a perda/redução, permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. Foi emitida a OBS #01/18.</p> <p>Por meio de entrevistas e avaliação documental foram evidenciados a contratação de duas EPSs, em fase de experiência, com sede em Teixeira de Freitas-BA e Macapá-AP. Os contratos de prestação de serviços finalizam em dezembro de 2017, quando haverá um novo processo de licitação para contratação efetiva de EPSs por período de 3 anos. A organização possui uma planilha de controle com os registros dos locais de residência dos seus trabalhadores próprios e terceiros (parceiros permanentes). Devido ao caráter temporário da contratação de</p>
--	---	--

	<p><u>Atraso no pagamento das horas <i>in itinere</i></u> Atraso do pagamento do valor ajustado das horas <i>in itinere</i>.</p> <p><u>Demandas Sindicais</u> Solicitação para pagamento de adicional de função para Viveirista que opera trator.</p>	<p>serviços, os trabalhadores terceirizados da atividade de colheita florestal não foram inclusos no monitoramento. A planilha de controle identifica que entre os 3.249 funcionários registrados, apenas 1,66% não são residentes nos municípios de atuação da organização. Devido ao contrato temporário de serviço, as EPSs de Colheita Florestal seguem as convenções e acordos coletivos firmados no local da sede da empresa e áreas de abrangência do sindicato.</p> <p>Por meio de entrevistas e avaliação documental amostral foi evidenciado a ausência de pagamento da diferença do valor de horas <i>in itinere</i> para os trabalhadores de uma EPS no período de janeiro a junho de 2017. Em entrevista com o sócio proprietário da EPS foi apresentado a cópia do e-mail de negociação com o sindicato dos trabalhadores, tendo acordado a quitação do débito a ser realizada em dezembro de 2017. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>A organização informa que a atividade de tratorista faz parte do escopo de atividades do cargo de Viveirista I. Na análise documental foi verificado que a operação de máquinas e “Trator Agrale 4230” faz parte do roteiro de atividades da função de Viveirista I e II.</p>
<p>Princípio 5</p>	<p><u>Impactos das operações florestais</u> A organização colhe e transporta eucalipto na área que a aldeia ocupa, em comum acordo com os indígenas. Entretanto, os indígenas são alertados a não circular em áreas quando “batem veneno”</p>	<p>As operações florestais têm continuidade em áreas com plantio, atualmente ocupadas por populações indígenas. Nesses casos todos os procedimentos de segurança são observados, inclusive o cuidado de</p>

	<p>contra formiga, mesmo a organização afirmando que é utilizado produto natural. Os indígenas têm dúvidas sobre o produto utilizado e os possíveis impactos que pode causar nas pessoas e no meio ambiente.</p> <p><u>Demandas</u> Foi solicitado à organização apoio para perfuração de poço artesanal e instalação de postes de eucalipto tratado para sustentação da rede elétrica. Foram realizados orçamentos e passados à organização, conforme acordado. A organização poderia resolver essa questão e finalizar o apoio acordado, pois a comunidade necessita desse acesso à água.</p> <p><u>(1) Projetos sociais</u> A política de mitigação da organização define projetos sociais, mas estes não são suficientes. Esses projetos poderiam já estar associados a possíveis Projetos Básicos Ambientais Indígenas (PBAI), com caráter mais estruturante, mas a organização ainda não adota essa posição, talvez pelas áreas ainda não estarem regularizadas. Existem quase 200 processos relacionados a conflitos fundiários envolvendo estudos de delimitação de terras indígenas, dos quais boa parte são área sobrepostas às da</p>	<p>isolamento da área onde há aplicação de formicida preventivo ao ataque de formigas aos plantios. A organização realizou comunicação sobre o tema com os moradores da aldeia indígena e irá reforçar as informações sobre o tipo de produto utilizado, possíveis impactos e cuidados necessários. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Os apoios solicitados forma aprovados em termos de orçamento, entretanto existe uma insegurança na sua efetivação enquanto o acordo de comodato da terra não for assinado pelas partes. A organização reconhece a urgência da perfuração do poço e da implantação dos postes para energia elétrica. Entretanto, aguarda um posicionamento oficial da Funai de Brasília sobre o acordo de comodato da terra com a comunidade indígena. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Foi verificado que não há planejamento territorial estabelecido conforme a PNGATI para as TI da região e a organização vem buscando traçar projetos que atendam ao conjunto das populações indígenas. Foram verificados em campo apoios a escolas indígenas (infraestrutura), organizações sociais (formalização burocrática) e projetos de geração de trabalho e renda, como piscicultura e agricultura. Há também a distribuição de kits escolares, que a partir de 2018 atingirão todas as crianças em idade escolas de todas as aldeias na área diretamente afetada pelas operações florestais. Foi realizado um Estudo de</p>
--	--	--

	<p>organização ou no entorno. A organização tem uma postura proativa de diálogo para minimização de conflitos. Entretanto, o contato muitas vezes é realizado apenas com as lideranças que estão em Porto Seguro e apresentam muitos conflitos internos, e as comunidades que ficam não são ouvidos. Poderia haver uma mudança de foco para as relações não ficarem tão concentradas nas lideranças e sim nas comunidades. A organização poderia dar apoio na compra de materiais para os cursos de qualificação profissional voltados às mulheres indígenas, ministrados na aldeia.</p> <p>(2) <u>Projetos sociais</u></p> <p>A agroindústria da aldeia, para fabricação e ensacamento de polpa de frutas, não está funcionando porque não há matéria-prima na aldeia, nem recursos para aquisição. Existe um projeto de plantio de mudas de árvores frutíferas junto ao Governo da Bahia, hoje em início de implantação.</p>	<p>Identificação, Mapeamento e Inventário Social das 30 comunidades indígenas identificadas. O documento recomenda a definição de critérios de priorização das comunidades indígenas para foco de ações, conforme os graus de proximidade, impacto das operações, vulnerabilidade da comunidade, parcerias com outras organizações. Também recomenda o desenvolvimento de Plano de Ação Participativo para a definição de ações de diálogo e investimentos sociais. Não foi verificada não conformidade no tema.</p> <p>Existem alguns casos de estruturas de agroindústrias que estão paradas por motivos variados. Essas estruturas foram implantadas via editais de projetos do Pacto da Costa do Descobrimento, parceria entre a organização e o Estado da Bahia na implantação de agroindústrias voltas à agricultura familiar (para comunidades rurais e tradicionais). Os motivos incluem a falta de produção de matéria-prima e de dinheiro para a compra como solução alternativa, e decorrem muitas vezes de conflitos internos das próprias comunidades. O Estudo de Identificação, Mapeamento e Inventário Social das 30 comunidades indígenas identificadas recomenda que a organização elabore matriz de acompanhamento e análise de resultados esperados dos projetos apoiados, bem como defina critérios de priorização de programas e projetos. Uma linha de base vem sendo elaborada pela equipe de Sustentabilidade para permitir o</p>
--	---	--

		monitoramento. Não foi verificada não conformidade no tema.
--	--	---

6.3. Cumprimento de ações corretivas (somente para recertificações)

Esta seção abaixo descreve as atividades que o detentor do certificado deve desenvolver para solucionar cada relatório de não conformidade (NCR) que tenha sido aberto em auditorias prévias. Para cada NCR evidências são apresentadas conjuntamente com a descrição do status usando as categorias abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs resultarão na mudança de categoria, p.ex. um NCR menor não cumprido será elevado a um NCR maior com tempo de cumprimento de até três meses (03) com o risco de suspensão ou término do certificado se um NCR maior não for cumprido. A classificação abaixo é utilizada para indicar o status dos NCRs:

Status	Explicação
Encerrada	A operação cumpriu com as exigências das NCR.
Aberta	A operação não cumpriu ou cumpriu parcialmente com as exigências da NCR.

NCR #	01/17	
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 3.2.a.	
Seção do Relatório	Anexo III.	
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas		
3.2. a) <i>os plantios florestais e as obras de infraestrutura devem ser estabelecidos em áreas já antropizadas ou nas áreas suscetíveis de supressão previstas pela legislação.</i>		
Não conformidade:		
Evidenciado danos em APP decorrentes da colheita e de resíduos da colheita manual de eucalipto.		
Evidências:		
Na visita de campo foram constatados danos em vegetação de APP decorrentes da derrubada de árvores de eucalipto para utilização da madeira na construção de paliçadas pela equipe de construção e manutenção de estradas na Fazenda Cambará.		
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.	
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.	
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	Lista de treinamento de funcionários da EPS de manutenção de estradas sobre práticas corretas nas atividades de campo; Manual técnico de construção e manutenção de estradas de uso florestal; Microplanejamento de estradas florestais (aspectos ambientais e	

	<p>técnicos): Projeto Jerivá;</p> <p>Programa de monitoramento operacional com apresentação de ações mitigatórias para problemas diversos ocorridos com a manutenção de estradas e estruturas de drenagem do sistema viário das áreas florestais;</p> <p>Planilha de aspectos ambientais e impactos associados a estradas florestais;</p> <p>Procedimento operacional de monitoramento ambiental (PG-PGA-003 Rev 00)</p> <p>Procedimento operacional de construção e manutenção de estradas (PG-EFL-001 Rev 01);</p> <p>Relatórios de anomalias Veracel nº 1241 sobre a NCR, de plano de ação da anomalia e de correção da anomalia.</p>
Avaliação da eficácia da NCR	<p>Após a análise das evidências fornecidas pelo empreendimento, foi realizada entrevista com o gestor responsável pela manutenção de estradas para entendimento das medidas corretivas. Foi evidenciado que os operadores de motosserra da empresa prestadora de serviços de manutenção viária receberam novo treinamento sobre as práticas a serem adotadas no corte de eucaliptos para confecção de paliçadas, no sentido de realizar a queda para dentro do talhão comercial, evitando assim danos à vegetação natural no entorno dos talhões, normalmente em áreas de preservação ambiental. Durante o período de auditorias em campo, não foram verificados problemas dessa natureza nas fazendas onde a manutenção viária estava sendo realizada. Após análise documental, entrevistas com gestores responsáveis e auditorias em campo, verificou-se que as medidas adotadas foram adequadas e suficientes para o encerramento da presente não conformidade.</p>
Situação do NCR	ENCERRADO
Comentários (opcional)	N/A.

6.4. Descrição das não conformidades Encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não-conformidades menores de um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.
- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não-usual, temporária ou não-sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicável, estabelecida durante avaliações anteriores. Para cada NCR solicitada são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrada	A operação cumpriu satisfatoriamente a NCR.
Aberta	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> a NCR.

Não foram aplicadas não conformidades na presente auditoria.

6.5. Observações

Observações podem ser identificadas quando questões ou os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade, mas que o auditor considera que pode ser uma não conformidade futura, se ações não forem tomadas pelo EMF. Uma observação pode ser um sinal de aviso para um problema específico, se não tratada, podendo virar uma NCR no futuro (ou uma pré-condição ou condição na recertificação)

OBS 01/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 (Manejo Florestal Plantações CERFLOR) – Indicador 1.1. b)
Descrição das evidências encontradas: Embora a organização e suas EPS tenham registros atualizados de CAT, foi identificado que a interpretação utilizada pela empresa sobre o conceito “lesão” do artigo 2 da Lei 6.367 possibilita divergências de interpretações sobre a necessidade de abertura de CAT, para atendimento legal. A ausência de atendimento e laudo médico das ocorrências de acidentes leves (exemplos colisão de máquinas e veículos, cortes, picadas de animais peçonhentos) impossibilitam a constatação da existência (ou não) de lesão, possibilitando o agravamento de riscos para a empresa e possíveis danos aos trabalhadores, tendo em vista o prazo de emissão da Comunicado (24 horas).	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 02/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 (Manejo Florestal Plantações CERFLOR) – Indicador 1.2. b)
Descrição das evidências encontradas: A organização praticamente finalizou a caracterização socioeconômica das comunidades da região em 2012 e 2013, faltando a caracterização de seis das 143 comunidades dentro e fora da área diretamente afetada. Está em curso um processo de atualização, que vinha sendo realizado por uma empresa especializada, mas passará a ser feito pela equipe da área de sustentabilidade, nos eventos de Ação e Cidadania (pré-operações). Essa mudança prevista incorpora a atualização dos inventários como processo dinâmico e barato para a organização, entretanto necessita ser implantada.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 03/18	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 (Manejo Florestal Plantações CERFLOR) – Indicador 5.1. b)
<p>Descrição das evidências encontradas: Há diversas reclamações de moradores da uma comunidade, relativas a perdas e danos provocados pelas operações florestais, registradas desde junho de 2017. Das 13 reclamações identificadas, quatro vêm sendo tratadas, mas as tratativas não foram registradas na matriz de acompanhamento e as outras permanecem em aberto. É relevante estabelecer tratativas para todas as reclamações e registrá-las na ferramenta de gestão de informações sobre demandas de partes interessadas, facilitando o acompanhamento dos planos de ação estabelecidos.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

6.6. Conclusões de auditoria

Baseado na conformidade do EMF em relação aos princípios e critérios, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , Certificação recomendada Nenhuma NCR aplicada
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> : NCR(s) não atendida(s); suspensão req.
Comentários adicionais:	N/A
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação.	N/A

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: Veracel Celulose S/A

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: Individual

Certificado de grupo: Lista de Membros do grupo, se aplicável

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
N/A	N/A ha	N/A	N/A

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	100.151 hectares
- Plantação	87.263 hectares
Margens de rios e corpos de água	19.939 Quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	198.005 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	187.414 ha
a. Área de produção florestal	87.263 ha
b. Área florestal não produtiva	100.151 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	100.151 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,00 ha
- Remanescentes florestais não produtivos	0,00 ha
2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	10.591 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Corte anual permitido	Safra atual (2017)	Safra projetada para o próximo ano
<i>E. urograndis</i>	Eucalipto	N/A m3	3.861.382 m3	3.788.862 m3
Total		N/A m3	3.861.382 m3	3.788.862 m3
Total estimado de produção anual de toras			3.861.382 m3	
Total estimado de produção anual produtos NTFPs certificado:			N/A m3	
(lista de todos os NTFPs certificados por tipo de produção): N/A			N/A m3	

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários:

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

Número total de trabalhadores	758 Trabalhadores	
- Do total de trabalhadores listados acima:	639 Homens	119 Mulheres
Número de acidentes graves	05	
Número de fatalidades	00	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas
Lista de funcionários do EMF

Nome	Título	Contato	Tipo de participação
Agnaldo Borges Brito Filho	Operador de harvester	N/D.	Entrevista
Agnaldo Norberto Vitti	Especialista Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Aline Vergani	Engenheira florestal - Planejamento	N/D.	Entrevista
Angelo de Oliveira vago	Operador de Forewarder	Não disponibilizado	Entrevista
Caroline Rodrigues	Engenheira Júnior	Não disponibilizado	Entrevista
Celso Figueiredo Batista	Tecnico em Segurança do Trabalho	Não disponibilizado	Entrevista
Claudia Mariana Kirchheim da Silva	Analista Sistemas Gestão PI	claudia.silva@veracel.com.br	Entrevista
Clóvis Wanderlei	Supervisor do viveiro de mudas	N/D.	Entrevista
Cristiane Mello	Jurídico	Não disponibilizado	Entrevista
David Evandro Fernandes	Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento	Não disponibilizado	Entrevista
Eucilon dos Santos Sousa	Operador de máquina	Não disponibilizado	Entrevista
Fabio Godoy	Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Fabio Luiz Dalmásio	Operador de Forewarder	Não disponibilizado	Entrevista
Gabriel Gattolin de Paula	Engenheiro florestal Júnior - colheita	N/D.	Entrevista
Helton Maycon Lourenço	Especialista em Manejo de Solos e Ecofisiologia	Não disponibilizado	Entrevista
Izabel da Penha dos Santos Bianchi	Especialista Responsabilidade Social; Consultoria Socioambiental	(73) 3166-8296	Entrevista
Jackson Missel	Coordenador de Colheita	(73) 988026965	Entrevista
José Carlos de Queiroz Santos	Operador de harvester	N/D.	Entrevista
José Henrique do Nascimento	Analista de Operações Florestais	Não disponibilizado	Entrevista
José Luiz Tápia	Coordenador Sistemas de Gestão	N/D.	Entrevista
Júlia Junqueira de Camargo	Analista de Qualidade	Não disponibilizado	Entrevista
Luis Migray	Coordenador de Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista

Marcos Antônio Gabriel	Coordenador Recursos Humanos	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Zélia Ferreira	Gerente de planejamento florestal	N/D.	Entrevista
Pedro Cardoso	Especialista Responsabilidade Social; Consultoria Socioambiental	Não disponibilizado	Entrevista
Renato Gomes Carneiro Filho	Gerente de Sustentabilidade	renato.filho@veracel.com.br	Entrevista
Ricardo Rodrigues Marcus Silva	Especialista em Planejamento Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Samuel Pereira da Silva	Especialista Contábil	(73) 3166-8021	Entrevista
Sergio Monteiro	Coordenador de Segurança do Trabalho	Não disponibilizado	Entrevista
Tarcisio Andrade Matos	Coordenador de controle ambiental	N/D.	Entrevista
Thiago Barroso	Treinne Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Thiago Petine	Coordenador de Estradas	Não disponibilizado	Entrevista
Thiago Viana	Analista Sistemas Gestão PI	(73) 3166-8057	Entrevista
Uvantiê Santos Alves	Operador de Harvester	Não disponibilizado	Entrevista
Virgínia Camargos	Especialista Ambiental	virginia.camargos@veracel.com.br	Entrevista
Wagner Guidolini	Analista Florestal – Regional Norte	Não disponibilizado	Entrevista
Wellington Afonso da Paz	Supervisor de colheita	N/D.	Entrevista
Wilma Sena	Analista de Sustentabilidade	Não disponibilizado	Entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação	Resposta requerida ²
Abidias Neto Sousa Santos	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não

² Para indicar se o interessado solicitou documentado acompanhar como os seus comentários foram abordadas durante a avaliação. TM deve fornecer resumo público aos interessados que solicitam documentados de seguimento dentro de 3 meses da reunião de encerramento.

Adeilton Lacerda	Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Adenilson Santos Neves	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Agnaldo Miranda dos Santos	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ailton Gonçalves da Silva	Sollum	(73) 98210-9046	Entrevista	Não
Ailton Lisboa	FETAG-BA (Eunápolis)	ailtonlisboa@fetag-ba.org.br	Entrevista	Sim
Alaide Teodoro Oliveira	Projeto Vida	N/D.	Entrevista	Não
Alan dos Santos Machado	BR Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Alessandro Gonçalves dos Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alessandrro Santos	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Alfredo Bras Filho	Aldeia Barra Velha (Porto Seguro/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Alfredo Nobre da Silva	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Aline Carvalho	Nace-Pteca Esalq	agroecologicos.usp@gmail.com	Entrevista	Sim
Álvaro Lemos Costa	Projeto Vida	N/D.	Entrevista	Não
Anderson Jucie de Souza Soares	ASAPMA	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Anderson Lima Cardoso	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Antônio Manoel da Silva	Consultor independente para produção agrícola e piscicultura	73 99185-7637	Entrevista	Sim
Arlindo Vinício Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Cacique Branco – Ubiratan Silva de Oliveira	Aldeia Nova Eperança (Porto Seguro/BA)	(73) 99830-2903	Entrevista	Sim
Carmelindo de Souza	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Carmilton Conceição da Silva	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Claudiene Florêncio de Jesus – Kandara Pataxó	Movimento de Mulheres Indígenas – Aldeia Juerana	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Claudinei Dantas de Andrade	Sollum	(73) 99824-1296	Entrevista	Não

Cleudson Messias dos Santos	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dalma Aparecida Rocha	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Damião Alves da Rocha	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Dejavan Matos Filho	Comunidade Pimenteira (Canavieira)	dmjmotos@hotmail.com	Entrevista	Sim
Delcino de Jesus	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Dilthey Barreiros Sales	Chefe de Serviço de Gestão Ambiental Territorial	(73) 98803-9526	Entrevista	Não
Diumário Souza Pinheiro	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Ederson da Conceição Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Edi Carlos da Silva (Preto)	MST Sul da Bahia	pretomst2005@yahoo.com.br	Entrevista	Sim
Edicleia da Conceição Dias Santos	Associação das Mulheres de Frutos da Terra – Amafrute (Porto Seguro/BA)	cleiadias30@hotmail.com	Entrevista	Sim
Edivaldo Prado	KTM	N/D.	Entrevista	Não
Ednei Rodrigues Silva	STR (Eunápolis)	(73)98105-4550	Entrevista	Não
Eduardo Guimarães Filho	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Elenilson de Jesus Oliveira	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Eliane Meneses de Oliveira	Sindicato Produtores Rurais de Eunápolis	elianemmeneses@hotmail.com	Entrevista	Sim
Elismar Silva Araújo	Transporte	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Elizângela Costa Baião	Escola Municipal Frutos da Terra (Porto Seguro/BA)	nanybaião@hotmail.com	Entrevista	Sim
Eraldo Miranda Silva	Associação dos Pequenos Produtores de Embaré	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Érica Santos Oliveira	Nace-Pteca Esalq	agroecologicos.usp@gmail.com	Entrevista	Sim
Erles Alves	BR Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Eunice Britto	Etno Consultoria	(73) 8802-7015	Entrevista	Não
Evanilson Araujo	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Fernando da Silva Santos	Vale do Amazonas	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Francisco Resende Silva	Suassuí Trasportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Frederico Viera Campos	Coordenador Regional da Funai	(73) 99157-6918	Entrevista	Não
Galdino Cunha Passos	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Genival Bispo de Jesus	Brasileira	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Genival Santos da Silva	Expresso Nepumuceno	(73) 99827-9887	Entrevista	Não
Genivaldo Jesus Oliveira	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
George Detres Rodrigues	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Geovani Veranezi	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gerônimo Ferreira Bonfim da Silva	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gildado de Novais	Comunidade Pimenteira (Canavieira)	(73) 99922-2190	Entrevista	Não
Gilmar Batista da Silva	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gilmar Pataxó	Aldeia Agricultura (Gleba B de Coroa Vermelha; Porto Seguro/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gilson Pereira de Andrade	ASAPMA	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Gilson Sousa Seara	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Hélio da Iniciação Costa	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Heloisleno Leandro de Sousa	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Henrique Martins Jabur	IBAMA	Henrique.jabur@ibama.com.br	Entrevista	Não
Ivanildo Batista da Paixão	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Ivonildo Sousa da Silva	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jaciane Araújo da Silva Soares	Associação das Mulheres de Frutos da Terra – Amafrute (Porto Seguro/BA)	jaciane.bely@hotmail.com	Entrevista	Sim
Jair Rogério da Silva	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Janilson Gomes da Silva	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jazian Mota dos Santos	MST Sul da Bahia	jazian_mota@yahoo.com.br	Entrevista	Sim
Jeferson Oliveira Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Joaldo Meirelles Freitas	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não

João Rodrigues Maia	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
João Rogério da Silva	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jocimar de Oliveira	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
John Tavares Santos	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Jorge Barreto Brito	ASAPMA	srguaratinga@hotmail.com	Entrevista	Sim
José Carlos dos Santos	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Domingos Souza	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
José Edinaldo Souza da Silva	JSL	(73) 98151-0600	Entrevista	Não
José Pereira Silêncio	Sollum	(73) 98136-8311	Entrevista	Não
Joselto Ferreira de Andrade	ASAPMA	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Juarez Santos Barbosa	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Junival Silva	KTM	N/D.	Entrevista	Não
Juraci de Souza	Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Juraci Ferreira	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Kenedy Lacerda	Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Kentson de Jesus	Vale do Amazonas	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Laurindo Bras	Aldeia Barra Velha (Porto Seguro/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Leandro Pereira Moreira	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lindaura Marques	Pré-assentamento Gildásio Sales (Santa Cruz Cabralia/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lindomar Figueira dos Santos	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lindomar Lino Soares	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Lourenço Batista	SEMAB (Eunápolis)	meioambiente@eunapolis.ba.gov.br	Entrevista	Sim
Lucia Dajuda de Carvalho Matos	Comunidade Pimenteira (Canavieira)	luciamatos278@gmail.com	Entrevista	Sim
Luciano Joel dos Santos	Sollum	seguranca2.eunapolis@	Entrevista	Não
Luciano Ribeiro de Carvalho	Vale do Amazonas	Não disponibilizado	Entrevista	Não

Luíz Anselmo Pereira de Souza	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (Assessor Especial)	(71) 98898-4913	Entrevista	Sim
Magno Oliveira Carvalho	MacPlan	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcio Carvalho dos Santos	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcos da Luz Alcântara	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcos Vieira da Silva	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcos Vinícios Borges Cruz	KTM Engenharia	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Marcos Vinicius Cruz	KTM	N/D.	Entrevista	Não
Maria das Dores Florêncio de Jesus – Cacique Yamani Pataxó	Aldeia Juerana (Porto Seguro/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Maurício Santos da Silva	Eunaman	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Milton Prudente Carvalho	ASPECOR Córrego Vermelho (Belmonte)	(73) 99999-6026	Entrevista	Não
Naelson Alves Santos	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ninimbergue Silva Santos	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Onimarcia Nascimento	SEMAB (Eunápolis)	meioambiente@eunapolis.ba.gov.br	Entrevista	Sim
Oscar Artaza	Diálogo Florestal	(73) 98814-0454	Entrevista	Não
Patrício dos Santos Silva	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Paulo Alves da Silva	STR (Eunápolis)	(73) 8165-5334	Entrevista	Não
Paulo Cesar Santos Viana	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Pedro dos Anjos	Fetraf BA	(73) 99942-9311	Entrevista	Sim
Petrônio Silva dos Santos	Sollum	(73) 9984-3628	Entrevista	Não
Rafael Lacerda	Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Rafael Nascimento dos Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Reginaldo Miranda dos Santos	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Reginilson Santos de Jesus	Solum Florestal	N/D.	Entrevista	Não

Renildo Dutra Santos	Vale do Amazonas	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Renilton Carvalho dos Santos	Projeto Vida	N/D.	Entrevista	Não
Rodrigo Santos de Oliveira	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Rogério de Oliveira Campos	Sollum	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Romulo Costa Santos	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ronaldo Lacerda	Santo Antônio (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Roni de Almeida Silva	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Ronildo Chaves Cordeiro	Suassuí Trasportes	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Roseilda Bras Ferreira	Aldeia Barra Velha (Porto Seguro/BA)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Simone Meneses	BR Florestal	N/D.	Entrevista	Não
Sivaldo Rodrigues	Trevo	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Tiago Ferreira	Trevo Florestal (Eunápolis)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Urânia Braz de Souza	Aldeia Nova Eperança (Porto Seguro/BA)	(73) 99830-2903	Entrevista	Sim
Walmir Artelino	Vale do Amazonas	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wellington Santos	Sindicato de Itabela	welingtonsantos3@hotmail.com	Entrevista	Sim
Wellington	Colônia de Pescadores Z-51 (Santa Cruz Cabralia)	Não disponibilizado	Entrevista	Não
Wellington Santos Paula	MRP	N/D.	Entrevista	Não
Wendel Moreira Soares	JSL	(73) 99985-2649	Entrevista	Não
Wilson (Goda)	Vizinho Projeto Tucum - Embaré	Não disponibilizado	Entrevista	Não

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal usado para a auditoria, conforme exigência da ABNT NBR 14789:2012.

P & C	Conformidade: Sim, Não	Descrição do Atendimento dos requisitos da Norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados)	NCR/OBS (#)
Princípio 1: Cumprimento da Legislação			

1.1			
a)	Sim	A organização tem conhecimento e atualiza as legislações federal, estadual e municipais por meio de um sistema chamado Âmbito (Questionários). São previstas diversas áreas de gestão, com informações estatísticas resumidas de atendimento à legislação e outros requisitos mensalmente para cada área. O que facilita o controle de cumprimento (atendimento) ou não atendimento das leis/normas (estatistica_Ambito_Cert_Florestal; estatistica_Ambito_MA).	N/A
b)	Sim	A organização define em procedimento acidente de trabalho aquele que ocorre no exercício do seu trabalho a serviço da empresa, resultando em lesões corporais ou perturbações funcionais caracterizando em morte ou perda/redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (PG-SEG-033 Registro). A organização registra todos incidentes e acidentes, classificando em 5 tipos: Quase acidente (QA); Acidentes com danos materiais (ADM); Simples Atendimento Ambulatorial (SAA); Acidente Sem Perda de Tempo (SPT); Acidente Com Perda de Tempo (CPT). São emitidos os Comunicados de Acidente de Trabalho (CAT) apenas para os acidentes classificados como SPT e CPT. A organização considera como SAA, quando há lesão ou atendimento médico, mas sem perda ou restrição da execução da sua atividade funcional (PG-SEG-033 Registro). Na avaliação documental foram analisados os registros de acidentes tipo SAA, tais como: acidentes como picadas de animais peçonhentos, acidentes com pequena escoriação na cabeça; quebra da tora, acertando antebraço direito. Sem lesões graves; deslizamento de pallet de contenção na carroceria prensou seu dedo anular da mão direita; acidente com foice causou um pequeno corte de aproximadamente 1cm (Análise de Incidente Rev. 01– 6/21/2018; Matriz Comunicado Investigação 2017; Formulários de Investigação 1, 2, 4, 5, 6, 7 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23 e 24). Na avaliação documental amostral das análises de ocorrência alguns registros do tipo SAA estavam sem laudo/atendimento médico (OBS #01/18).	OBS #01/18
1.2			
a)	Sim	De acordo com as escrituras/matrículas e contratos de arrendamento das áreas do escopo de recertificação não existem posses ou direitos de uso legal ou costumários dos recursos florestais das comunidades locais.	N/A

b)	Sim	<p>A organização apresentou o mapa de localização das comunidades, onde estão destacadas todas as comunidades afetadas pelas operações florestais (Mapa Comunidades 21-11-2017). A organização caracterizou 137 das 143 comunidades afetadas por meio de inventários sociais (inventários das comunidades amostradas), elaborados em 2012 e 2013, que apresentam como campos, entre outros: perfil da população, trabalho e renda, qualificação da mão de obra, infraestrutura local, capital social, acesso à água. Está em curso um processo de atualização, que vinha sendo realizado por uma empresa especializada, mas passará a ser feito pela equipe da área de sustentabilidade, nos eventos de Ação e Cidadania (pré-operações). Essa mudança prevista incorpora a atualização dos inventários como processo dinâmico e barato para a Organização, entretanto necessita ser implantada (OBS #02/18).</p>	OBS #02/18
c)	Sim	<p>A organização possui atualmente 22 fazendas arrendadas (perfazendo 12.209,47 ha) e 590 fazendas próprias (186.520,44 hectares). Foram analisados os direitos legais de longo prazo das seguintes fazendas arrendadas: (i) Bom Jesus I, (ii) Bom Jesus III, (iii) Colorado II, (iv) Cariri, (v) Conjunto Roma, (vi) Bandeira, (vii) Capixaba, (viii) Havaí, (ix) Canindé, (x) Santo Antônio, (xi) Bom Jardim, (xii) Bandeira II, (xiii) Bandeira III, (xiv) Bom Jardim, (xv) Bom Jesus I e (xvi) Bom Jesus III. Nos contratos de arrendamento são previstas as principais Cláusulas: I- Objeto; II-Arrendamento; III-Averbações do Cartório Imobiliário; IV-Prazo; V-Remuneração; VI-Construções de Benfeitorias; VII-Obrigações dos Arrendadores/Proprietários; VIII-Obrigações da Arrendatária e Transporte; IX-Trânsito no Imóvel e X-Rescisão. O prazo de arrendamento é de 15 anos (CONTRATOS E MATRICULAS ARRENDAMENTO). A organização comprova por meio de escrituras/matriculas o direito legal de longo prazo das seguintes fazendas: (i) Agropecuária Vitória, (ii) Água do Puaia, (iii) Água Vermelha, (iv) Bela Vista, (v) Boa Esperança, (vi) Bom Princípio C, (vii) Bom Princípio, (viii) Corcovado, (ix) Cristalina, (x) Esperança, (x) Gramado, (xi) Gravatá, (xii) Guaraina, (xiii) Independência C, (xiv) Jambreiro, (xv) Jardim das Acácias, (xvi) Juerana, (xvii) Laranjal, (xviii) Meu Cantinho, (xix) Mundo Novo A, (xx) Nova Esperança, (xxi) Nova Olinda, (xxii) Novo Jacarandá, (xxiii) Paraná B, (xxiv) Pérola, (xxv) Potiguana, (xxvi) Ranchinho, (xxvii) Santa Ana, (xxviii) Santa Rosa A, (xxix) Santa, (xxx) São</p>	N/A

		João, (xxxi) São Miguel, (xxxii) Sapucaia, (xxxiv) Serena B, (xxxv) Tamoio, (xxxvi) Tombo e (xxxvii) Tropicália B (MATRICULAS IMÓVEIS).	
d)	Sim	<p>A organização apresentou o documento (PG-FLO-003, revisão 00) Resolução de Conflitos, disputas e compensações, que especifica em suas diretrizes (item 5) que na negociação na busca pela resolução de conflitos ou disputas deve ser priorizada e sempre que possível, uma solução amigável e equilibrada entre as partes antes que a empresa venha a optar pela solução via judicial, mesmo na negociação envolvendo possíveis compensações. Foi evidenciado, por meio das visitas e entrevistas de campo, análises documentais e entrevistas às equipes técnicas que a organização prioriza alternativas pacíficas no encaminhamento de situações de conflito que envolvem posse e uso da terra. Foram verificados os casos correntes mais expressivos. Existem vários acordos estabelecidos ou em construção, com movimentos de luta pela terra e povos indígenas. Há alguns anos a área ocupada passava de 7 mil ha e hoje é cerca de 2.900 ha (consideradas áreas fora dos acordos de terras já estabelecidos), tendo as áreas plantadas e consideradas no escopo da certificação. Existe uma área de Inteligência Patrimonial, que realiza checagem das propriedades da organização e prevenção de novas ocupações. O processo judicial relativo à ampliação da TI Barra Velha de 9 mil para 44 mil ha de terras, que estava em fase de carta declaratória, foi suspenso em virtude de questionamentos de terceiros. Atualmente a Comunidade Indígena Pataxó Dissidente da Aldeia Guaxuma Reunida na Aldeia Nova Esperança ocupa área da organização situada nos limites previstos da possível ampliação. Um processo de nove meses foi empreendido para a elaboração de contrato de comodato de posse da terra da organização para a aldeia, com a participação da Coordenação Regional do Sul da Bahia da Funai e do Ministério Público. A minuta de contrato contendo cláusulas nos termos acordados foi assinada pelas partes, mas foi questionado pela Diretoria de Proteção Territorial da Funai de Brasília. Diante disso, a Procuradoria da Funai elaborou nova minuta de proposta de acordo judicial, alterando trechos das cláusulas acordadas previamente entre as partes. A organização discorda das alterações propostas em pelo menos dois pontos principais: a retirada da citação de reintegração de posse da área total no caso de descumprimento e a</p>	N/A

		<p>descharacterização do formato de comodato da posse da terra da empresa para a comunidade indígena. Está em andamento a tentativa de reunião em Brasília, com a participação das partes envolvidas, para negociar junto à DPT uma nova minuta de comum acordo. O processo judicial relativo à declaração e homologação da TI Tupinambá de Belmonte encontra-se em andamento. Existe uma pequena área de cerca de 34 ha em posse da organização sobreposta à área identificada no relatório de tradicionalidade em Belmonte. Essa área foi ocupada por comunidade rural não tradicional, houve reintegração da posse da terra para a organização e, posteriormente, ocupada por indígenas tupinambás. A área está sem licença para plantio e o órgão responsável por renovar a licença não visita área ocupada. Será necessário realizar a reintegração de posse para a renovação da licença e a continuidade das operações enquanto não há uma decisão judicial sobre a TI Tupinambá de Belmonte. A organização tem bom diálogo com a cacique tupinambá e vem realizando reuniões com a Funai Regional. Também há bom diálogo com lideranças da comunidade rural, para a qual está desenhando apoio por meio de projetos produtivos. Os acordos de terras entre a organização e movimentos de luta pela terra com marco temporal em julho de 2011, estabelecidos com a participação e anuência de órgãos públicos responsáveis nas esferas estadual e federal, vêm sendo respeitados. As partes aguardam a efetivação da compra da terra pelo Incra e da transferência da posse da terra aos movimentos, processo que adquiriu morosidade por parte dos órgãos públicos. Está sendo criado um Grupo de Trabalho para intensificar o acompanhamento pelos agentes territoriais do andamento dos processos junto aos órgãos públicos responsáveis. Existe, por parte da organização, iniciativas de diálogo e possíveis encaminhamentos com movimentos de luta pela terra que ficaram fora dos acordos estabelecidos com o marco temporal de julho de 2011. Os movimentos “fora do acordo” reconhecem a postura propositiva da organização.</p>	
e)	Sim	De acordo com as escrituras/matrículas e contratos de arrendamento das áreas do escopo de recertificação não existem posses ou direitos de uso legal ou costumários dos recursos florestais das comunidades locais.	N/A
1.3.			
a)	Sim	A organização comprovou que está em dia com todos os pagamentos de salários, impostos, encargos e demais	

		débitos, referentes às atividades executadas na unidade de manejo florestal. Durante as entrevistas em campo e análise documental, evidenciou a regularidade nos pagamentos de salários e benefícios aos trabalhadores por meio das Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo Contribuição Previdenciária, de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS (certidão Veracel - TJBA Cível; certidão Veracel - TJBA Criminal; certidão Veracel- TRF1; certidão Veracel –TRT; CND FGTS Venc. 05.11.2017; CND Municipal Eunápolis Ven. 16.11.2017; CND SEFAZ Venc. 23.12.2017; CND SRF Venc. 04.03.2018). As EPS também apresentaram suas CNDs (BR_Florestal; Eunaman; KTM; MacPlan; Sollum; Trevo e Vale_Amazonas).	N/A
b)	Sim	Em auditoria de campo não foram verificados descumprimentos em relação às convenções e tratados internacionais da OIT.	N/A
c)	Sim	A organização comprovou que está em dia com todos os pagamentos de salários, impostos, encargos e demais débitos, referentes às atividades executadas na unidade de manejo florestal. Durante as entrevistas em campo e análise documental, evidenciou a regularidade nos pagamentos de salários e benefícios aos trabalhadores por meio das Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo Contribuição Previdenciária, de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS (certidão Veracel - TJBA Cível; certidão Veracel - TJBA Criminal; certidão Veracel- TRF1; certidão Veracel –TRT; CND FGTS Venc. 05.11.2017; CND Municipal Eunápolis Ven. 16.11.2017; CND SEFAZ Venc. 23.12.2017; CND SRF Venc. 04.03.2018). As EPS também apresentaram suas CNDs (BR_Florestal; Eunaman; KTM; MacPlan; Sollum; Trevo e Vale_Amazonas).	N/A
d)	Sim	A organização apresentou as Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo Contribuição Previdenciária, de Débitos Trabalhistas, Estaduais e Municipais, bem como Certificado de Regularidade do FGTS das empresas prestadoras de serviços (BR_Florestal; Eunaman; KTM; MacPlan; Sollum; Trevo e Vale_Amazonas). No caso de pendências legais ou administrativas de prestadores de serviços ou clientes, a organização demonstrou mecanismos de monitoramento e adequação, que envolvem processos de notificação e rescisão contratual.	N/A

e)	Sim	A organização possui um sistema de monitoramento interno (inspeções) e monitoramento externo para assegurar o cumprimento da legislação de saúde e segurança ocupacional dos seus trabalhadores próprios e dos trabalhadores de suas EPSs. O monitoramento interno é realizado por três técnicos de saúde e segurança do trabalho, uma a duas vezes por mês, em cada frente de trabalho. São avaliados aspectos da Matriz de responsabilidades, com todos os itens normativos, tais como NR31, NR 12, NR5 e NR35. As observações identificadas são adicionadas no Plano de Ação, o qual é acompanhado pelos Técnicos de Segurança da organização. Anualmente são realizados os monitoramentos externos por profissionais independentes especialistas (Deloitte e BDO). A avaliação inclui análise documental e entrevistas com trabalhadores (amostra de um a 10 trabalhadores), respeitando o direito de confidencialidade.	N/A
Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade			
2.1			
a)	Sim	Durante as entrevistas com os gestores responsáveis, e análise de documentos, foi verificado que durante o planejamento do manejo a Organização identifica e avalia, de forma documentada, aspectos e impactos ambientais relacionados às suas operações florestais dentro da UMF de acordo com a escala e intensidade das operações. Além do documento principal "PL-FLO-001 - Plano de Manejo", a Organização possui um procedimento específico (PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01) para estabelecer o processo de identificação, caracterização, avaliação, controle e atualização dos aspectos e impactos sociais, econômicos e ambientais globais e operacionais do manejo. A metodologia utilizada é a de que para a identificação e análise dos aspectos e impactos sociais e ambientais operacionais devem ser consideradas as demandas de partes interessadas oriundas dos programas de relacionamento com as comunidades (Ação e Cidadania, Formação Social de Jovens Agentes Multiplicadores e Promotores de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário e outros), PTEAS, estudos e diagnósticos realizados pela Veracel, as condicionantes de licenciamento e as demandas sociais obtidas pelos diferentes canais de comunicação. No que tange o monitoramento dos aspectos e impactos sociais e	N/A

		<p>ambientais decorrentes de atividades de terceiros em áreas da Veracel em atendimento a contrato firmado, são de responsabilidade dos empregados próprios que foram designados para administrar ou acompanhar tais atividades do prestador de serviço. As planilhas são revisadas a cada dois anos ou quando houver alteração nas operações. A Organização apresentou os seguintes documentos de referências para a avaliação dos impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MG-SGI-001 - Manual do Sistema de Gestão Veracel; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-FLO-003 - Resolução de conflitos, disputas e compensações; - PG-COM-001 - Comunicação com partes Interessadas; - PG-SEG-001 - Regulamentação para o Trânsito de Veículos; - IT-SEG-001 - Avaliação de Níveis de Ruído em Áreas Habitadas visando o Conforto da Comunidade; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - PG-EFL-001 - Construção e Manutenção de Estradas; - PG-TMA-001- Transporte e Movimentação de Madeira; - PC-CFL-001 - Colheita Florestal Mecanizada; - PG-MFL-001 - Manutenção Mecânica de Máquinas e Equipamentos Florestais; - PG-STB-003 - Plano Tático Operacional. 	
b)	Sim	<p>As espécies utilizadas no plantio comercial da empresa demonstram compatibilidade e adaptabilidade para o local da unidade de manejo e para os fins comerciais estabelecidos, conforme observações de campo acerca das condições dos reflorestamentos.</p> <p>Os plantios da Veracel são formados 100% por clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies <i>Eucalyptus grandis</i> e <i>Eucalyptus urophylla</i>, originárias de regiões de clima tropical e, portanto, adequadas às condições climáticas encontradas na região sul da Bahia, da mesma forma que o híbrido resultante, denominado urograndis.</p>	N/A
c)	Sim	<p>Em auditoria de campo foi verificado que as técnicas de colheita evitam quebra de toras, degradação da madeira e outros desperdícios associados. Além disso, a organização realiza o controle de qualidade das operações florestais, cuja metodologia é baseada no monitoramento do cumprimento das recomendações técnicas de formação e manejo florestal de colheita. Toda atividade</p>	N/A

		florestal que tenha seu procedimento operacional descrito e validado é passível de auditoria pela equipe de qualidade, seja própria ou terceira. O objetivo principal é acompanhar o cumprimento da recomendação técnica, reduzindo os desvios de manejo e minimizando as perdas operacionais nos processos florestais em andamento (Plano de Manejo – PL-FLO-001- Rev.01 de 17/11/2019).	
d)	Sim	A organização possui procedimentos operacionais documentados para as diversas atividades relacionadas ao manejo florestal e estes procedimentos consideram as recomendações para prevenir e mitigar os impactos ambientais adversos (12.Procedimentos).	N/A
e)	Sim	Em auditoria de campo foi verificado que a organização minimiza a geração de resíduos das operações de colheita e adota práticas para sua disposição de forma a evitar impactos ambientais. O sistema de colheita utilizado é o conjunto <i>harvester</i> e <i>forwarder</i> ou <i>feller</i> , <i>harvester</i> e <i>forwarder</i> . A escolha deste modelo teve como principal razão a retenção da biomassa residual da colheita (cascas, folhas e galhos finos), no campo. Ela protege e melhora as características físicas e nutricionais do solo e favorece a sustentabilidade florestal. As operações de colheita são cercadas de cuidados de forma a minimizar os impactos sobre o ambiente (solos, recursos hídricos, áreas de preservação permanente, reservas legais e remanescentes de floresta nativa e fauna), bem como sobre as comunidades do entorno dos plantios (Plano de Manejo – PL-FLO-001- Rev.01 de 17/11/2019).	N/A
f)	Sim	A definição dos responsáveis pelas atividades de manejo (inventário, realização do plano de manejo, planejamento de colheita, administração de trabalho, acompanhamento do manejo) estão descritos na Figura 4.1. Estrutura da Diretoria Florestal (Plano de Manejo – PL-FLO-001-Rev.01 de 17/11/2019). Os procedimentos operacionais apresentados descrevem os gestores da área envolvida e o responsável pela elaboração do documento (12.Procedimentos).	N/A
2.2			
a)	Sim	O Plano de Manejo (Plano de Manejo – PL-FLO-001-Rev.01 de 17/11/2019) e seus anexos incluem os seguintes componentes: Os plantios da organização são formados 100% por clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies <i>Eucalyptus grandis</i> e <i>Eucalyptus urophylla</i> , originárias de regiões de clima tropical e, portanto, adequadas às condições climáticas encontradas	

	<p>na região sul da Bahia, da mesma forma que o híbrido resultante, denominado <i>urograndis</i>. A licença de localização do empreendimento compreende uma área aproximada de dois milhões de hectares, dentro da qual a organização pode adquirir terras para a implantação de florestas. Dentro da área licenciada, uma série de condicionantes socioambientais determina a localização e os limites de plantio por município. De acordo com a licença ambiental concedida, a organização não planta eucalipto em: fragmentos de Mata Atlântica convertidos após novembro de 1994; visando a atender ao padrão de certificação do CERFLOR; áreas onde identificou-se, a partir de ortofotocartas (1995/1996), vegetação nativa com florestas primárias ou em estágios médio e avançado de regeneração; faixa de 10 quilômetros de largura a partir do litoral, a fim de preservar as características naturais da Costa do Descobrimento; e área que exceda o percentual total licenciado por município para plantios próprios, ou seja, 15% do total da área de efetivo plantio para os municípios litorâneos e 20% para os demais. Quanto ao uso e situação das terras é apresentada a Tabela 4.1. Área plantada por município e o perfil das áreas adjacentes é apresentada no Item 3. Caracterização Regional.</p> <p>A técnica utilizada para plantio das mudas de eucalipto é a do cultivo mínimo, que visa a reduzir ao máximo a interferência no solo. O período médio de rotação é de sete anos, podendo variar entre cinco e oito. Efetuado o primeiro corte, as plantações podem ser manejadas por talhadia (condução de brotação) ou alto-fuste (reforma), de acordo com os resultados de avaliação detalhada do inventário florestal pré-corte e outras informações relevantes. O item 6. Operações Florestais descreve as operações envolvidas nas atividades de manejo. A Taxa de colheita de produtos florestais encontra-se descrita na Tabela 4.3. Taxas de crescimento e produção média dos plantios da organização, onde são apresentados os índices de produtividade florestal, sendo hoje da ordem de 41 m³/ha/ano (com casca) no primeiro corte, correspondendo a um volume de madeira de 290 m³/ha aos sete anos de idade. Medidas de identificação de espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou em perigo de extinção e/ou de seus habitats estão descritas no item 4.3. Monitoramento Ambiental e quanto a e proteção destas espécies está descrito no item 2.3. Ameaças a Biodiversidade. Os Mapa (s) atualizado (s) descrevendo</p>	N/A
--	---	-----

tipologias florestais, cursos d'água, fazendas/talhões, estradas, pátios de madeira, e locais de processamento, áreas destinadas à conservação e outras atividades de manejo planejadas, áreas em restauração ou destinadas à restauração em escala e formatos compatíveis foram apresentados pelo grupo para a realização das visitas de campo. O Plano de Manejo exemplifica o mapa de uso do solo de uma de suas áreas na Figura 4.3. Mapa com detalhamento do uso do solo. A organização possui um procedimento estruturado para a identificação e avaliação dos aspectos e impactos sociais, ambientais e econômicos globais e operacionais de suas atividades, que descreve as respectivas medidas mitigadoras e potencializadoras e aponta as formas de monitoramento dos seus cumprimentos. O procedimento possibilita a análise detalhada de todos os impactos causados pelo empreendimento em seus processos e subprocessos, permitindo uma abordagem de precaução em seu planejamento. Esses impactos estão descritos nas Planilhas de Aspectos e Impactos Associados. Para apoiar o planejamento florestal, a organização realiza Inventário Florestal Contínuo. Ele possibilita a construção de modelos capazes de estimar o volume presente e futuro das florestas definindo assim, as taxas de crescimento. O inventário tem início quando a floresta completa dois anos com a instalação de parcelas permanentes retangulares, contendo 22 árvores e a intensidade amostral é de uma parcela para cada 15 hectares. Após alguns estudos e análises, a organização decidiu por ampliar o tamanho das parcelas, assim a partir de 2016 as parcelas passaram a conter 33 árvores, assim parte existem atualmente dois tamanhos de parcelas. As parcelas são medidas anualmente até um ano antes da colheita. Adicionalmente, para garantir melhor gestão das áreas que serão colhidas, realiza-se o Inventário Pré-corte no máximo três meses antes da colheita e com uma intensidade amostral de uma parcela a cada 3 hectares. Os monitoramentos realizados pela organização permeiam as atividades da empresa e contribuem para o embasamento técnico das decisões de manejo; para a avaliação, adequação e controle dos processos; e para a obtenção de indicadores destinados ao acompanhamento dos aspectos e impactos sociais, econômicos e ambientais relevantes que, por sua vez, auxiliam na tomada de decisão e verificam a efetividade das ações. O Plano de Monitoramentos avalia, monitora e colabora para minimizar esses impactos, por meio de três

		<p>estruturas distintas, apresentadas ao longo deste documento. São elas: Monitoramento Florestal (Seção IV, item 11), Monitoramento Ambiental (Seção V, item 4.4), Monitoramento Social (Seção V, item 5.6), Monitoramento de Prestadores de Serviço (Seção IV, item 11) e demais monitoramentos (Seção V, item 4). O Programa Produtor Florestal da organização está baseado na prática de plantio de eucalipto em parceria com proprietários rurais, para suprimento de parte da madeira consumida na fábrica, o que representa uma nova oportunidade de diversificação de renda na região. As plantações sob esta modalidade de produção madeireira deverão se adequar aos princípios e critérios Cerflor para destinar-se à produção de celulose. Através do contrato de promessa de compra e venda da madeira produzida, a organização financia os custos de formação e manutenção florestal e fornece, como incentivo, mudas clonais melhoradas e assistência técnica para cada produtor contratado.</p>	
b)	Sim	<p>O Plano de Manejo Florestal é de responsabilidade do Engenheiro Florestal Moacyr Fantini e conta também com diversos outros engenheiros colaboradores.</p>	N/A
c)	Sim	<p>A revisão do Plano de Manejo é realizada de forma anual, podendo ocorrer também em função de resultados dos monitoramentos, de alterações significativas de atividades, responsabilidades e condições socioeconômicas ou ambientais da região de área de abrangência. Todas as alterações e pontos revisados no Plano de Manejo são registrados no Sistema de Gestão da organização.</p>	N/A
d)	Sim	<p>O item 11. Plano de Monitoramento Veracel, descreve que os monitoramentos realizados pela organização, na qual, permeiam as atividades da empresa e contribuem para o embasamento técnico das decisões de manejo; para a avaliação, adequação e controle dos processos; e para a obtenção de indicadores destinados ao acompanhamento dos aspectos e impactos sociais, econômicos e ambientais relevantes que, por sua vez, auxiliam na tomada de decisão e verificam a efetividade das ações. A tabela 6.4 – Lista geral de monitoramentos da Veracel, descreve a abrangência, área e responsável pelo acompanhamento, apresenta a relação completa dos monitoramentos realizados. A tabela 5.8 – Monitoramentos Sociais, com o responsável, periodicidade, forma e local de armazenamento, apresenta os monitoramentos sociais, fontes de informação, periodicidade de coleta e forma de armazenamento. As revisões e alterações do plano de manejo são realizadas de forma compatível com a</p>	N/A

		frequência dos monitoramentos, e as modificações ocorridas no manejo da organização.	
e)	Sim	<p>A partir de 2017, a organização não realiza mais a impressão de seu Resumo Público do Plano de Manejo. Apesar de não apresentar o documento de forma física para as partes interessadas, a organização não deixa de divulgar as informações contidas neste documento de forma bastante ampla e democrática. A nova estratégia de divulgação, consiste apenas na publicação do resumo público em sua versão digital, através da construção de página da internet denominada Da Bahia para o mundo (www.dabahiaparaomundo.veracel.com.br/), onde também é apresentado o Relatório de Sustentabilidade da organização. Para melhor divulgação e compreensão deste material a organização promove encontros anuais com jovens agentes multiplicadores das diversas comunidades afetadas por suas operações, onde a utilização do site é tema frequente das discussões. No último ano foi realizado o 1º Fórum de Protagonismo Social Juvenil do Sul da Bahia – Ser, pensar, agir e comunicar (POSTE CONVITE PARA RESUMO PÚBLICO). Além desta forma de divulgação, via eventos de capacitação, foram feitas chamadas de 30 segundos nos canais locais abertos de televisão e nos cinemas da região. A equipe de auditoria pode constatar nas visitas de campo, o amplo conhecimento da organização por parte das comunidades e demais partes interessadas envolvidas, inclusive nas áreas mais distantes e com baixa estrutura de comunicação, demonstrado que o trabalho de divulgação é bastante eficiente e cumpre o papel necessário a difusão.</p>	N/A
f)	Sim	<p>Os trabalhadores florestais entrevistados em campo, encontram-se devidamente treinados acerca de suas responsabilidades em relação à implementação do Plano de Manejo, incluindo os cuidados ambientais relativos às suas atividades. Foi apresentado a planilha eletrônica (Matriz Trein Seg e Saude Ocup-Rev 4-Agosto 2017-Cargo 11-2017), que descreve a matriz de treinamentos em SSO e treinamentos por cargo da organização. Foram apresentados registros de treinamentos periódicos, capacitações e orientações fornecidas aos trabalhadores próprios e contratados, de forma a garantir que o Plano de Manejo e os procedimentos e orientações operacionais sejam corretamente compreendidos.</p>	N/A
g)	Sim	<p>A organização possui um Programa de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho que identifica e classifica riscos</p>	

		ocupacionais, possui metodologia de controle, manutenção e verificação da eficácia de medidas de prevenção e mitigação. O programa atende trabalhadores próprios e prestadores de serviço que são, em sua grande maioria, residentes locais.	N/A
h)	Sim	<p>Com base nos resultados das análises dos remanescentes naturais, a organização adota medidas de conservação, e/ou restauração dos ecossistemas visando sua viabilidade no longo prazo, conforme demonstrado no procedimento “PG-SIL-005 – Recuperação Ambiental de Áreas – Programa Mata Atlântica e Controle de Espécies Exóticas”, que tem por objetivos recuperar as áreas que circundam as APP’s, Reserva Legal e outras áreas protegidas da empresa, visando à conexão dos fragmentos de Mata Atlântica; aumento do fluxo gênico entre espécies da flora e da fauna, retorno da vegetação original, conservação da fertilidade dos solos e recuperação dos recursos hídricos; além do controle de espécies exóticas invasoras nas áreas de conservação da empresa. Em situações específicas o Programa Mata Atlântica poderá ser destinado à restauração de áreas isoladas, atendendo demandas externas vinculadas a licenciamento, vistorias e outros. Os documentos de referência para essas atividades são:</p> <p>PG-SIL-010 - Manejo de Formigas Cortadeiras; PG-PGA-001 - Plano das Ações Operacionais de Recuperação Ambiental; PG-SIL-002 - Transporte de Defensivos Agrícolas.</p> <p>As possíveis áreas a serem restauradas, dentro do Plano de manejo, até 2030 são:</p> <p>Área de Preservação Permanente (APP): 6.880 hectares e; Reserva Legal (RL): 10.104 hectares.</p> <p>Anualmente cada área será avaliada antes do processo de restauração, seguindo o modelo de tomada de decisão e a metodologia para escolha das áreas. Esses valores podem ser alterados em virtude de novos mapeamentos e análises em campo feitas anualmente. Foi recuperado em 2016 um total de 404,08 ha de área com ocorrência de pasto sujo que recebeu o plantio cerca de 250.000 mudas nativas da Mata Atlântica, visando formar e interligar corredores ecológicos, através dos métodos de plantio direto, enriquecimento e regeneração natural.</p>	N/A
2.3			
a)		Os monitoramentos realizados pela organização permeiam as atividades da empresa e contribuem para o	

	Sim	embasamento técnico das decisões de manejo; para a avaliação, adequação e controle dos processos; e para a obtenção de indicadores destinados ao acompanhamento dos aspectos e impactos sociais, econômicos e ambientais relevantes que, por sua vez, auxiliam na tomada de decisão e verificam a efetividade das ações. O Plano de Monitoramentos avalia, monitora e colabora para minimizar esses impactos, por meio de três estruturas distintas, apresentadas ao longo deste documento. São elas: Monitoramento Florestal (Seção IV, item 11), Monitoramento Ambiental (Seção V, item 4.4), Monitoramento Social (Seção V, item 5.6), Monitoramento de Prestadores de Serviço (Seção IV, item 11) e demais monitoramentos (Seção V, item 4).	N/A
b)	Sim	Os procedimentos operacionais apresentados contam com item específico que traz a versão atualizada do documento e a data futura, onde o documento deverá passar por revisão.	N/A
c)	Sim	Os procedimentos operacionais e de gestão incorporam resultados de experiências, testes ou pesquisas realizadas na região. Conforme descrito no Plano de Manejo a organização incentiva e financia diversos projetos de pesquisa na região, voltados a cultura do eucalipto e que priorizam as necessidades práticas do manejo florestal realizado.	N/A
d)	Sim	A organização conta com um setor estratégico de pesquisa e desenvolvimento florestal, onde através de pesquisas e experimentos, a área de Tecnologia Florestal gera conhecimentos, informações, metodologias e produtos que contribuem para a melhoria contínua da produtividade florestal da organização. Além disso, conta com parcerias com instituições de pesquisa, que também contribuem para a transferência de tecnologia para os trabalhadores florestais próprios e terceiros.	N/A
e)	Sim	Os trabalhadores florestais entrevistados em campo, encontram-se devidamente treinados acerca de suas responsabilidades em relação à implementação do Plano de Manejo, incluindo os cuidados ambientais relativos às suas atividades. Foi apresentado a planilha eletrônica (Matriz Trein Seg e Saude Ocup-Rev 4-Agosto 2017-Cargo 11-2017), que descreve a matriz de treinamentos em SSO e treinamentos por cargo da organização. Foram apresentados registros de treinamentos periódicos, capacitações e orientações fornecidas aos trabalhadores próprios e contratados, de forma a garantir que o Plano de	N/A

		Manejo e os procedimentos e orientações operacionais sejam corretamente compreendidos.	
f)	Sim	Durante auditoria de campo ficou constatado que os equipamentos, máquinas e insumos são condizentes com as condições locais de topografia, solo, clima e características dos recursos florestais produzidos.	N/A
g)	Sim	Para apoiar o planejamento florestal, a organização realiza Inventário Florestal Contínuo. Ele possibilita a construção de modelos capazes de estimar o volume presente e futuro das florestas definindo assim, as taxas de crescimento. O inventário tem início quando a floresta completa dois anos com a instalação de parcelas permanentes retangulares, contendo 22 árvores e a intensidade amostral é de uma parcela para cada 15 hectares. Após alguns estudos e análises, a organização decidiu por ampliar o tamanho das parcelas, assim a partir de 2016 as parcelas passaram a conter 33 árvores, assim parte existem atualmente dois tamanhos de parcelas. As parcelas são medidas anualmente até um ano antes da colheita. Adicionalmente, para garantir melhor gestão das áreas que serão colhidas, realiza-se o Inventário Pré-corte no máximo três meses antes da colheita e com uma intensidade amostral de uma parcela a cada 3 hectares.	N/A
2.4			
a)	Sim	A organização conta com cadastro florestal atualizado de suas propriedades. Este cadastro florestal, contém o banco de dados com as informações dos projetos florestais da empresa por talhão. As informações disponíveis referem-se aos dados sobre o material genético, ao histórico das operações e das ocorrências (doenças, pragas, incêndios), aos dados de inventários, solos e unidades de manejo, entre outras informações. Além disso, o empreendimento conta com base de mapas georreferenciados, onde é possível identificar diversas informações sobre o uso do solo e preservação ambiental das propriedades.	N/A
b)	Sim	A maior parte da matéria-prima florestal provém de áreas próprias da organização, a exceção acontece através do Programa Produtor Florestal da Veracel está baseado na prática de plantio de eucalipto em parceria com proprietários rurais, para suprimento de parte da madeira consumida na fábrica, o que representa uma nova oportunidade de diversificação de renda na região. A compra da madeira é realizada através do contrato de promessa de compra e venda da madeira produzida, a	N/A

		organização financia os custos de formação e manutenção florestal e fornece, como incentivo, mudas clonais melhoradas e assistência técnica para cada produtor contratado.	
c)	Sim	Os procedimentos foram apresentados durante a auditoria. O procedimento Cadeia de Custódia – Sistema de Crédito da indústria foi apresentado como sendo o que determina critérios de elegibilidade dos materiais na porta da floresta, definida como a balança da fábrica. Adicionalmente, os procedimentos de colheita e transporte foram apresentados devido a gestão de talhões elegíveis realizadas via cadastro florestal. Os procedimentos foram considerados suficientes para monitoramento da origem dos produtos.	N/A
d)	Sim	Um sistema para garantir que materiais não-certificados não sejam comercializados como certificados CERFLOR nos documentos de venda e transporte foi estabelecido. Durante a auditoria foi verificado que a partir dos registros do cadastro florestal da organização são verificadas as informações de validade e escopo via sistema no nível de talhão. A guia CEM é o instrumento utilizado para que somente sejam embarcados materiais do respectivo talhão. Não são utilizados selos e marcas nos produtos.	N/A
e)	Sim	Para apoiar o planejamento florestal, a organização realiza Inventário Florestal Contínuo. Ele possibilita a construção de modelos capazes de estimar o volume presente e futuro das florestas definindo assim, as taxas de crescimento. O inventário tem início quando a floresta completa dois anos com a instalação de parcelas permanentes retangulares, contendo 22 árvores e a intensidade amostral é de uma parcela para cada 15 hectares. Após alguns estudos e análises, a organização decidiu por ampliar o tamanho das parcelas, assim a partir de 2016 as parcelas passaram a conter 33 árvores, assim parte existem atualmente dois tamanhos de parcelas. As parcelas são medidas anualmente até um ano antes da colheita. Adicionalmente, para garantir melhor gestão das áreas que serão colhidas, realiza-se o Inventário Pré-corte no máximo três meses antes da colheita e com uma intensidade amostral de uma parcela a cada 3 hectares.	N/A
Princípio 3: Zelo pela diversidade Biológica			
3.1			
a)	Sim	A finalidade do Programa de Melhoramento Genético e Florestal é atender a demanda fundamental da empresa de melhoria contínua da produção e qualidade da madeira	N/A

		derivada das florestas para a produção de celulose e, no longo prazo, maximizar a produtividade da madeira em termos de celulose por unidade de área e de tempo. O documento Programa de Melhoramento Genético e Florestal da Veracel contém as estratégias e metodologias utilizadas com foco na geração de híbridos superiores por cruzamentos controlados e manutenção da diversidade genética.	
b)	Sim	Os plantios da Veracel são formados 100% por clones de eucalipto obtidos a partir do cruzamento das espécies <i>Eucalyptus grandis</i> e <i>Eucalyptus urophylla</i> , originárias de regiões de clima tropical e, portanto, adequadas às condições climáticas encontradas na região sul da Bahia, da mesma forma que o híbrido resultante, denominado urograndis. As espécies utilizadas no plantio comercial da empresa demonstram compatibilidade e adaptabilidade para o local da unidade de manejo e para os fins comerciais estabelecidos, conforme observações de campo acerca das condições dos reflorestamentos. A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados em seus plantios.	N/A
c)	Sim	A finalidade do Programa de Melhoramento Genético e Florestal é atender a demanda fundamental da empresa de melhoria contínua da produção e qualidade da madeira derivada das florestas para a produção de celulose e, no longo prazo, maximizar a produtividade da madeira em termos de celulose por unidade de área e de tempo. O documento Programa de Melhoramento Genético e Florestal da Veracel contém as estratégias e metodologias utilizadas com foco na geração de híbridos superiores por cruzamentos controlados e manutenção da diversidade genética.	N/A
d)	Sim	A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados em pesquisas e nem em seus plantios.	N/A
3.2			
a)	Sim	Durante análise de documentos e entrevistas com os gestores e auditorias em campo foi verificado que a Organização não realiza a conversão em plantações ou quaisquer outras modalidades de uso do solo áreas de alto valor de conservação, florestas primárias ou em estágio avançado de regeneração e outros ecossistemas não florestais que apresentem conservados seus atributos naturais típicos. Foram apresentados os procedimentos operacionais que instituem a sistemática de compras e arrendamentos de terra para plantios, a saber:	N/A

		<p>PG-TER-002 – Compra de Terras; PG-TER-004 – Arrendamento de Terras; PG-PPF-001 – Programa Produtor Florestal e; PG-PLF-001 – Licenciamento Ambiental de Áreas Próprias e Arrendadas.</p> <p>Para aquisição de terras, o EMF realiza diversos estudos e análises para verificar a possibilidade de ter áreas convertidas na propriedade de interesse, e acaba negociando apenas as áreas sem histórico de conversão.</p>	
b)	Sim	<p>A Organização realiza o planejamento prévio das atividades de plantio da seguinte forma: Elaboração da planta planialtimétrica do imóvel, com indicação da classificação da vegetação existente; Análise do imóvel separando áreas reflorestáveis, considerando legislação vigente e condicionantes socioambientais, gerando planta planialtimétrica do imóvel com apoio de imagens de satélite e/ou ortofotocartas de alta resolução; Demarcação, em conformidade com a legislação vigente, das áreas de preservação permanente existentes na propriedade, bem como outras possíveis áreas a serem preservadas; Definição das melhores áreas para demarcação da reserva legal, levando em conta o tamanho e o estado de conservação dos fragmentos, a possibilidade de conexão com outras áreas e o contexto geral da paisagem; Elaboração da Planta de Uso e Ocupação do Solo da propriedade; averbação da reserva legal e início do processo para obtenção das autorizações para implantação de maciços florestais junto aos órgãos competentes; Início dos serviços de campo relativos à implantação de infraestrutura e demarcação das áreas de preservação permanente e dos talhões de cultivo; Início dos serviços de campo relativos à implantação de infraestrutura, usando aparelho GPS para demarcar áreas reflorestáveis.</p>	N/A
c)	Sim	<p>Durante análise de documentos, entrevistas com os gestores e auditoria em campo foi verificado que a Organização mantém mecanismos para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e de seus habitats na UMF, sendo que as principais identificações vêm dos diversos sistemas de monitoramento ambiental da Organização. No Plano de Monitoramentos da Veracel são definidos os acompanhamentos relacionados aos aspectos ambientais</p>	N/A

		do manejo florestal; entre eles estão os monitoramentos da fauna e da flora; edáfico hídrico e dos impactos do eucalipto sobre o solo e a água. A Veracel monitora a fauna e a flora para melhor avaliar o estado de conservação da biodiversidade em sua área de influência. Esse trabalho é realizado em áreas naturais da empresa, Áreas de Alto Valor de Conservação e sub-bosques de talhões de eucalipto, buscando compreender os impactos da atividade silvicultural na conservação da biodiversidade. Diversos relatórios com resultados dos monitoramentos foram verificados durante a análise de documentos; com relação aos resultados até 2016, o número total de espécies e de espécies ameaçadas já registradas nos monitoramentos de fauna e flora da Veracel (2008–2016), segundo a lista nacional das espécies ameaçadas de extinção (Ibama, 2003) e a lista das espécies mundialmente ameaçadas (IUCN) estão na tabela 5.4 do Plano de Manejo Florestal 2017, na página 71. Também foi apresentado o “Relatório anual de monitoramento de fauna e flora, 2016”.	
d)	Sim	A organização realiza de forma sistemática a ronda geral, a prevenção e combate a incêndios florestais, presença de gado, furto de madeira e caça (patrimônio florestal).	N/A
e)	Sim	Foi verificado que a organização protege e garante o acesso aos sítios de especial significados identificados (Mapa Comunidades 21-11-2017; PG-STB-005 - Sítios Arqueológicos, Históricos e de Valor Cultural ou Social_nc; fotos de sítios arqueológicos identificados; visitas de campo)	N/A
f)	Sim	Constam no plano de manejo florestal “PL-FLO-001 - Plano de Manejo”, a caracterização completa e respectivo mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa, além de todas as AAVC da UMF. A Veracel possui hoje cerca de 105 mil hectares de áreas naturais, sendo 6.063 hectares ocupados por uma unidade de conservação: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel.	N/A
g)	Sim	A Organização evidenciou o detalhamento da metodologia utilizada para as atividades de restauração no Plano de Manejo 2017. São definidas as áreas potenciais para realização de atividades de restauração e após classificação e quantificação das áreas, definem-se técnicas de restauração a serem utilizadas com base no diagnóstico dos estágios sucessionais constantes na base cartográfica.	N/A
h)	Sim	Durante análise de documentos e entrevistas com os	N/A

		<p>gestores foi verificado que a Organização não realiza a conversão em plantações ou quaisquer outras modalidades de uso do solo áreas de alto valor de conservação, florestas primárias ou em estágio avançado de regeneração e outros ecossistemas não florestais que apresentem conservados seus atributos naturais típicos. Foram apresentados os procedimentos operacionais que instituem a sistemática de compras e arrendamentos de terra para plantios, a saber:</p> <p>PG-TER-002 – Compra de Terras; PG-TER-004 – Arrendamento de Terras; PG-PPF-001 – Programa Produtor Florestal e; PG-PLF-001 – Licenciamento Ambiental de Áreas Próprias e Arrendadas.</p> <p>Para aquisição de terras, o EMF realiza diversos estudos e análises para verificar a possibilidade de ter áreas convertidas na propriedade de interesse, e acaba negociando apenas as áreas sem histórico de conversão.</p>	
i)	Sim	<p>Foram apresentados os procedimentos operacionais que instituem a sistemática de compras e arrendamentos de terra para plantios, a saber:</p> <p>PG-TER-002 – Compra de Terras; PG-TER-004 – Arrendamento de Terras; PG-PPF-001 – Programa Produtor Florestal e; PG-PLF-001 – Licenciamento Ambiental de Áreas Próprias e Arrendadas.</p> <p>Para aquisição de terras, o EMF realiza diversos estudos e análises para verificar a possibilidade de ter áreas convertidas na propriedade de interesse, e acaba negociando apenas as áreas sem histórico de conversão.</p>	N/A
g)	Sim	<p>A Organização evidenciou o detalhamento da metodologia utilizada para as atividades de restauração no Plano de Manejo 2017. São definidas as áreas potenciais para realização de atividades de restauração e após classificação e quantificação das áreas, definem-se técnicas de restauração a serem utilizadas com base no diagnóstico dos estágios sucessionais constantes na base cartográfica.</p>	N/A
3.3			
a)	Sim	<p>A Organização monitora a ocorrência de formigas cortadeiras, mato-competição e outras pragas e doenças florestais significativas através do Sistema de Monitoramento florestal e do Sistema DICE de monitoramento de formigas cortadeiras. Os citados monitoramentos seguem as instruções contidas nos</p>	N/A

		<p>seguintes documentos de referência:</p> <p>PG-SIL-011: Monitoramento Florestal;</p> <p>IT-PeD-003: Manejo de Formigas Cortadeiras</p> <p>IT-PeD-010: Instrução Técnica para Manejo de Plantas Daninhas;</p> <p>IT-PeD-013: Instrução Técnica para o Manejo do Viveiro;</p> <p>PG-STB-002 - Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais;</p> <p>PG-SIL-010 - Manejo de Formigas Cortadeiras;</p> <p>PG-SIL-005: Recuperação Ambiental de Áreas - Programa Mata Atlântica e Controle de Espécies Exóticas;</p> <p>PR-SEG-005 - Programa de Controle de Emergências Florestais;</p> <p>PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01;</p> <p>PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social;</p> <p>PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal;</p> <p>PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental;</p> <p>PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto;</p> <p>PG-PGA-008: Conservação da Fauna Silvestre;</p> <p>PG-SIL-004: Monitoramento da qualidade da Silvicultura e;</p> <p>PC-COM-001: Comunicação com partes interessadas.</p>	
b)	Sim	<p>As florestas da Veracel são continuamente monitoradas por 12 torres de vigilância, localizadas em pontos estratégicos do empreendimento, de onde é possível observar toda a região. Quando detectada alguma anormalidade, o monitor florestal é acionado e faz a verificação em campo. Se necessário, o monitor pode acionar a brigada e, ou, carro de combate a incêndios, informando ao assistente florestal a localização exata da ocorrência, o tipo de vegetação atingida, a dimensão e as condições de propagação do fogo. Em caso de incêndio, um relatório completo do evento é emitido através da Ficha de Ocorrência de Incêndios Florestais, identificando as possíveis causas, os danos e a situação da vegetação atingida, a estratégia, os recursos, o tempo empregado no combate, entre outros dados. No caso de comprometimento de áreas de reserva legal ou preservação permanente, o Registro Policial da ocorrência é anexado ao relatório. O documento de referência é o PR-SEG-005 - Programa de Controle de Emergências Florestais;</p>	N/A
c)	Sim	<p>A Organização monitora a ocorrência de formigas cortadeiras, mato-competição e outras pragas e doenças florestais significativas através do Sistema de</p>	N/A

		<p>Monitoramento florestal e do Sistema DICE de monitoramento de formigas cortadeiras. Os citados monitoramentos seguem as instruções contidas nos seguintes documentos de referência:</p> <p>PG-SIL-011: Monitoramento Florestal; IT-PeD-003: Manejo de Formigas Cortadeiras IT-PeD-010: Instrução Técnica para Manejo de Plantas Daninhas; IT-PeD-013: Instrução Técnica para o Manejo do Viveiro; PG-STB-002 - Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais; PG-SIL-010 - Manejo de Formigas Cortadeiras; PG-SIL-005: Recuperação Ambiental de Áreas - Programa Mata Atlântica e Controle de Espécies Exóticas; PR-SEG-005 - Programa de Controle de Emergências Florestais; PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; PG-PGA-008: Conservação da Fauna Silvestre; PG-SIL-004: Monitoramento da qualidade da Silvicultura e; PC-COM-001: Comunicação com partes interessadas.</p>	
d)	Sim	<p>Durante análise de documentos, entrevistas com os gestores responsáveis e auditorias em campo, foi verificado que a Organização demonstra comprometimento em otimizar o uso de agrotóxicos, identificando riscos e analisando alternativas químicas e não-químicas de controle de pragas e doenças. De acordo com o setor de pesquisa, a recomendação de controle gerada a partir do monitoramento baseia-se principalmente em nível de infestação e danos admissíveis. Desta forma o monitoramento de formigas cortadeiras aliado ao procedimento de manejo de formiga adequado, são ferramentas que auxiliam na diminuição da infestação de formigas e conseqüentemente na redução de isca formicida ao longo do tempo. Este é o manejo de formigas cortadeiras adotado nas áreas da Veracel. A Organização realiza, ainda em fase de avaliação, o teste com isca a base de sulfluramida com redução de ingrediente ativo, e a expectativa é de que demonstrando eficiência satisfatória seja possível sua utilização em áreas com menor criticidade de ninhos de formigas cortadeiras.</p>	N/A

		Para o ano de 2018 já foi prevista sua utilização em escala semi-operacional.	
e)	Sim	Foi verificado que a Organização demonstra comprometimento em otimizar o uso de agrotóxicos, identificando riscos e analisando alternativas químicas e não-químicas de controle de pragas e doenças. De acordo com o setor de pesquisa, a recomendação de controle gerada a partir do monitoramento baseia-se principalmente em nível de infestação e danos admissíveis. Desta forma o monitoramento de formigas cortadeiras aliado ao procedimento de manejo de formiga adequado, são ferramentas que auxiliam na diminuição da infestação de formigas e conseqüentemente na redução de isca formicida ao longo do tempo. Este é o manejo de formigas cortadeiras adotado nas áreas da Veracel. A Organização realiza, ainda em fase de avaliação, o teste com isca a base de sulfluramida com redução de ingrediente ativo, e a expectativa é de que demonstrando eficiência satisfatória seja possível sua utilização em áreas com menor criticidade de ninhos de formigas cortadeiras. Para o ano de 2018 já foi prevista sua utilização em escala semi-operacional.	N/A
3.4			
a)	Sim	Durante análise de documentos, entrevistas com os gestores e auditoria em campo foi verificado que a Organização mantém mecanismos para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e de seus habitats na UMF, sendo que as principais identificações vêm dos diversos sistemas de monitoramento ambiental da Organização. No Plano de Monitoramentos da Veracel são definidos os acompanhamentos relacionados aos aspectos ambientais do manejo florestal; entre eles estão os monitoramentos da fauna e da flora; edáfico hídrico e dos impactos do eucalipto sobre o solo e a água. A Veracel monitora a fauna e a flora para melhor avaliar o estado de conservação da biodiversidade em sua área de influência. Esse trabalho é realizado em áreas naturais da empresa, Áreas de Alto Valor de Conservação e sub-bosques de talhões de eucalipto, buscando compreender os impactos da atividade silvicultural na conservação da biodiversidade. Diversos relatórios com resultados dos monitoramentos foram verificados durante a análise de documentos; com relação aos resultados até 2016, o número total de espécies e de espécies ameaçadas já registradas nos monitoramentos de fauna e flora da	N/A

		Veracel (2008–2016), segundo a lista nacional das espécies ameaçadas de extinção (Ibama, 2003) e a lista das espécies mundialmente ameaçadas (IUCN) estão na tabela 5.4 do Plano de Manejo Florestal 2017, na página 71. Também foi apresentado o “Relatório anual de monitoramento de fauna e flora, 2016”.	
b)	Sim	O plano de monitoramento da organização é apresentado no Plano de Manejo e conforme conversas com gestores e observações de campo pode-se concluir que se encontra implantado e possui metas e indicadores. Segundo a descrição, os monitoramentos realizados permeiam as atividades da empresa e contribuem para o embasamento técnico das decisões de manejo; para a avaliação, adequação e controle dos processos; e para a obtenção de indicadores destinados ao acompanhamento dos aspectos e impactos sociais, econômicos e ambientais relevantes que, por sua vez, auxiliam na tomada de decisão e verificam a efetividade das ações. O plano de monitoramentos avalia, monitora e colabora para minimizar esses impactos, por meio de três estruturas distintas. São elas: Monitoramento Florestal (Seção IV, item 11), Monitoramento Ambiental (Seção V, item 4.4), Monitoramento Social (Seção V, item 5.6). Monitoramento de Prestadores de Serviço (Seção IV, item 11) e demais monitoramentos (Seção V, item 4). Foram apresentados os procedimentos de gestão específicos para os monitoramentos realizados nas diversas áreas afetadas pelo manejo, incluindo os monitoramentos de qualidade, que incluem a construção e manutenção de estradas, colheita, silvicultura e viveiro (Plano de Manejo – PL-FLO-001- Rev.01 de 17/11/2019 e Monitoramento_Qualidade_Operacoes).	N/A
c)	Sim	A Tabela 4.14 - Monitoramentos florestais, responsável, periodicidade e localização dos arquivos, apresentada no Plano de Manejo descreve de acordo com cada monitoramento realizado na área florestal a sua frequência e intensidade e incluem: monitoramento de formigas cortadeiras, incêndios florestais, pragas e doenças ocasionais, plantas daninhas, levantamento das condições de estradas/aceiros, ocorrências sociais, gado (invasão de animais em áreas de plantio e APP), caça e pesca predatória, patrimônio (roubo de madeira nativa e outros recursos naturais), lixo (presença de lixo agrícola e urbano), danos operacionais em APP, plantas invasoras exóticas nas áreas não plantadas e monitoramento/avistamento de animais silvestres. A	N/A

		Tabela 5.5 - Monitoramentos relativos ao aspecto ambiental, responsável, periodicidade e localização dos relatórios e dados, reúne todos os monitoramentos da organização destinados à avaliação ambiental. A área responsável, a periodicidade, o formato e a localização dos relatórios e ou dados também estão apresentados. Os monitoramentos sociais, fontes de informação, periodicidade de coleta e forma de armazenamento são apresentados na tabela 5.8 - Monitoramentos Sociais, com o responsável, periodicidade, forma e local de armazenamento (Plano de Manejo – PL-FLO-001- Rev.01 de 17/11/2019).	
d)	Sim	Durante análise de documentos, entrevistas com os gestores e auditoria em campo foi verificado que a Organização mantém mecanismos para identificar indícios da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e de seus habitats na UMF, sendo que as principais identificações vêm dos diversos sistemas de monitoramento ambiental da Organização. No Plano de Monitoramentos da Veracel são definidos os acompanhamentos relacionados aos aspectos ambientais do manejo florestal; entre eles estão os monitoramentos da fauna e da flora; edáfico hídrico e dos impactos do eucalipto sobre o solo e a água. A Veracel monitora a fauna e a flora para melhor avaliar o estado de conservação da biodiversidade em sua área de influência. Esse trabalho é realizado em áreas naturais da empresa, Áreas de Alto Valor de Conservação e sub-bosques de talhões de eucalipto, buscando compreender os impactos da atividade silvicultural na conservação da biodiversidade. Diversos relatórios com resultados dos monitoramentos foram verificados durante a análise de documentos; com relação aos resultados até 2016, o número total de espécies e de espécies ameaçadas já registradas nos monitoramentos de fauna e flora da Veracel (2008–2016), segundo a lista nacional das espécies ameaçadas de extinção (Ibama, 2003) e a lista das espécies mundialmente ameaçadas (IUCN) estão na tabela 5.4 do Plano de Manejo Florestal 2017, na página 71. Também foi apresentado o “Relatório anual de monitoramento de fauna e flora, 2016”.	N/A
3.5			
a)	Sim	Constam no plano de manejo florestal “PL-FLO-001 - Plano de Manejo”, a caracterização completa e respectivo mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa, além de todas as AAVC da UMF. A Veracel possui hoje	N/A

		cerca de 105 mil hectares de áreas naturais, sendo 6.063 hectares ocupados por uma unidade de conservação: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel. Seis destas áreas, a RPPN Estação Veracel e as AAVCs 1, 2, 3, 4, e 5, foram identificadas pelos atributos relacionados à questão ambiental. As áreas 6 e 7 foram identificadas pelos atributos sociais.	
b)	Sim	<p>Durante as entrevistas com os gestores responsáveis, e análise de documentos, foi verificado que o plano de manejo e outros procedimentos identificam ações que são estabelecidas para proteger as amostras representativas dos ecossistemas existentes. Além do documento principal "PL-FLO-001 - Plano de Manejo", a Organização possui outros procedimentos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal e; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental. <p>Visando a garantir a manutenção ou aumento da diversidade de espécies (endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção), são realizados monitoramentos de fauna e flora, nos quais, além da vegetação, são estudados os grupos dos mamíferos, das aves, e das formigas. O processo consultivo contínuo mantido junto às comunidades locais, científicas, ONGs e poder público estabelecem as formas de proteção e manutenção dos atributos de Alto Valor de Conservação dessas áreas. Além disso, foi elaborado um plano de proteção física para as AAVCs com o objetivo de monitorar e identificar, por meio de rondas e fiscalização, as áreas críticas/ frágeis e definir estratégias e ações necessárias à prevenção, controle e mitigação das ameaças, pressões e riscos que possam causar danos, tanto aos seus atributos, como à segurança de colaboradores, pesquisadores e possíveis visitantes. Apenas a RPPN Estação Veracel não está inserida no plano. Por se tratar de uma Unidade de Conservação, seu plano de manejo já contempla as medidas necessárias à sua proteção. A infraestrutura disponível atualmente atende tanto ao plano de proteção das sete AAVCs, quanto ao da RPPN.</p>	N/A
c)	Sim	A Organização possui a maior parte de suas amostras significativas de vegetação natural nas AAVC e outros remanescentes florestais espalhados pelas áreas de manejo. Visando a garantir a manutenção ou aumento da diversidade de espécies (endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção), são realizados monitoramentos de	N/A

		fauna e flora, nos quais, além da vegetação, são estudados os grupos dos mamíferos, das aves, e das formigas. O processo consultivo contínuo mantido junto às comunidades locais, científicas, ONGs e poder público estabelecem as formas de proteção e manutenção dos atributos de Alto Valor de Conservação dessas áreas. Além disso, foi elaborado um plano de proteção física para as AAVCs com o objetivo de monitorar e identificar, por meio de rondas e fiscalização, as áreas críticas/ frágeis e definir estratégias e ações necessárias à prevenção, controle e mitigação das ameaças, pressões e riscos que possam causar danos, tanto aos seus atributos, como à segurança de colaboradores, pesquisadores e possíveis visitantes.	
d)	Sim	A Tabela 4.14 - Monitoramentos florestais, responsável, periodicidade e localização dos arquivos, apresentada no Plano de Manejo descreve de acordo com cada monitoramento realizado na área florestal a sua frequência e intensidade e incluem: monitoramento de formigas cortadeiras, incêndios florestais, pragas e doenças ocasionais, plantas daninhas, levantamento das condições de estradas/aceiros, ocorrências sociais, gado (invasão de animais em áreas de plantio e APP), caça e pesca predatória, patrimônio (roubo de madeira nativa e outros recursos naturais), lixo (presença de lixo agrícola e urbano), danos operacionais em APP, plantas invasoras exóticas nas áreas não plantadas e monitoramento/avistamento de animais silvestres. A Tabela 5.5 - Monitoramentos relativos ao aspecto ambiental, responsável, periodicidade e localização dos relatórios e dados, reúne todos os monitoramentos da organização destinados à avaliação ambiental. A área responsável, a periodicidade, o formato e a localização dos relatórios e ou dados também estão apresentados. Os monitoramentos sociais, fontes de informação, periodicidade de coleta e forma de armazenamento são apresentados na tabela 5.8 - Monitoramentos Sociais, com o responsável, periodicidade, forma e local de armazenamento (Plano de Manejo – PL-FLO-001- Rev.01 de 17/11/2019).	N/A
3.6			
a)	Sim	A organização realiza de forma sistemática a ronda geral, a prevenção e combate a incêndios florestais, presença de gado, furto de madeira e caça (patrimônio florestal).	N/A
b)	Sim	A organização realiza de forma sistemática a ronda geral,	

		a prevenção e combate a incêndios florestais, presença de gado, furto de madeira e caça (patrimônio florestal). Em auditoria de campo foi verificado que nos limites das fazendas existem placas informativas sobre a proibição de caça e pesca.	N/A
c)	Sim	<p>A Organização estabelece ações que favorecem a conectividade entre os fragmentos dos ecossistemas naturais, evidenciado por meio de avaliações realizadas nas visitas em campo, análise das bases cartográficas, análise de estudos e impactos ambientais realizados.</p> <p>A Organização possui ações que visam a conectividade entre remanescentes naturais, além da participação no Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, no projeto Corredor Ecológico Porto Seguro/Cabrália e no projeto Mosaicos Florestais Sustentáveis. As ações de restauração dos remanescentes naturais também consideram a paisagem e a conectividade entre remanescentes vizinhos.</p> <p>A Organização analisa a integridade dos remanescentes de vegetação nativa através dos diversos monitoramentos ambientais existentes ao longo do ciclo de produção, sempre considerando a conexão com a paisagem regional. O escopo atual certificado possui área total de aproximadamente 198 mil hectares, sendo que 68 mil hectares (34%) são designados como zona de conservação, identificados em mapa e manejada com o objetivo principal de biodiversidade. O Extremo Sul da Bahia está inserido no domínio da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica). A região conserva ainda a parcela mais significativa deste bioma no Nordeste do Brasil, apresentando uma grande riqueza de fauna e flora, fato comprovado pela sua inserção no Corredor Central da Mata Atlântica, uma das áreas prioritárias para recuperação da Floresta Atlântica brasileira. A paisagem da região é caracterizada pela existência de fragmentos de Mata Atlântica de diversos tamanhos e com diferentes graus de conservação. Um dos remanescentes mais bem conservados e que expressam a diversidade da flora existente na região é a Estação Veracel, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de propriedade da Veracel Celulose onde foram realizados levantamentos para caracterização de espécies existentes em sua área de influência.</p> <p>Na Estação ocorrem várias espécies raras e ameaçadas de extinção, como o pau-brasil (<i>Caesalpinia echinata</i>), o jacarandá da Bahia (<i>Dalbergia nigra</i>) e a maçaranduba</p>	N/A

		(<i>Manilkara subcericea</i>), além de uma grande variedade de orquídeas, filodendros, palmeiras e bromélias. A fisionomia geral da vegetação da Estação Veracel é homogênea, ainda que se destaquem quatro diferentes formações: florestas de tabuleiro, matas de galeria e, em menor escala, os brejos e as mussunungas, formações de fronteira mais definidas, com árvores de pequeno porte e espaçadas.	
d)	Sim	A organização conta com um Programa de Educação Ambiental da Veracel: Reúne atividades culturais, de conscientização, recreação e interpretação ambiental em espaço destinado à comunidade escolar, colaboradores próprios e terceiros. O PEAV é a principal ferramenta de educação e divulgação da prática ambiental da organização. Entre estas práticas está a conscientização sobre as proibições relativas a caça e pesca nas áreas da empresa. Nas fazendas visitadas observou-se a existência de placas de sinalização destacando este tipo de proibição no interior das propriedades.	N/A
Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar			
4.1			
a)	Sim	De acordo com a análise de documentos e auditoria em campo foi verificado que predominam nas áreas viáveis para reflorestamento solos da classe Argissolos Amarelos, apresentando horizonte B textural, com muitas derivações nas classes texturais, desde arenosos a muito argilosos, com ocorrência frequente de camada adensada em subsuperfície com alto grau de coesão. São, na maior parte das vezes, altamente susceptíveis à compactação se manejados de forma intensiva e sob condições de elevada umidade. A Organização possui um detalhado mapeamento dos solos de toda a área de manejo, onde ocorre, inclusive, a recomendação de adubação por talhão. Para o preparo do solo para plantio a técnica utilizada é a do cultivo mínimo, que visa reduzir ao máximo a interferência no solo, protegendo-o contra erosão, mantendo sua umidade e evitando o assoreamento dos cursos d'água. O preparo de solo pré-plantio envolve as atividades de subsolagem, adubação de base e marcação de cova sendo que a profundidade mínima de subsolagem deve ser realizada conforme recomendação técnica disponibilizada, em nível de talhão, pela equipe de Pesquisa & Desenvolvimento Florestal. Os principais procedimentos técnicos pertinentes da	N/A

		<p>atividade são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IT-PeD-007 - Instrução Técnica para Preparo de Solo; - PG-STB-002 - Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais; - Recomendações técnicas para manejo silvicultural; PL-FLO-001 - Plano de Manejo; PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social e; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal. 	
b)	Sim	<p>A organização estabelece monitoramentos relativos a impactos ambientais sobre remanescentes naturais, fauna, flora, solos e recursos hídricos ocasionados pelas operações de manejo. O plano de monitoramentos da organização apresentado no Plano de Manejo, estabelece indicadores, metas, responsabilidades, frequência e tipo de arquivamento para os monitoramentos relativos aos impactos ambientais das operações de manejo, contemplando as atividades de preparo de solo, colheita, construção e manutenção de estradas e carregamento e transporte florestal.</p> <p>A Organização possui um processo de planejamento florestal que são planos de longo, médio e curto prazos a partir da elaboração dos Projetos técnicos, econômicos, ambientais e sociais (PTEAS). O PTEAS orienta todas as operações florestais e não permite a implantação de atividades onde possa ocasionar degradação do solo e impactos negativos aos corpos hídricos. A Organização demonstrou possuir ferramentas efetivas para o monitoramento e identificação de pontos susceptíveis à erosão.</p>	N/A
c)	Sim	<p>A Organização realiza o planejamento prévio das atividades de plantio da seguinte forma:</p> <p>Elaboração da planta planialtimétrica do imóvel, com indicação da classificação da vegetação existente;</p> <p>Análise do imóvel separando áreas reflorestáveis, considerando legislação vigente e condicionantes socioambientais, gerando planta planialtimétrica do imóvel com apoio de imagens de satélite e/ou ortofotocartas de alta resolução;</p> <p>Demarcação, em conformidade com a legislação vigente, das áreas de preservação permanente existentes na propriedade, bem como outras possíveis áreas a serem preservadas;</p> <p>Definição das melhores áreas para demarcação da</p>	N/A

		<p>reserva legal, levando em conta o tamanho e o estado de conservação dos fragmentos, a possibilidade de conexão com outras áreas e o contexto geral da paisagem;</p> <p>Elaboração da Planta de Uso e Ocupação do Solo da propriedade; averbação da reserva legal e início do processo para obtenção das autorizações para implantação de maciços florestais junto aos órgãos competentes;</p> <p>Início dos serviços de campo relativos à implantação de infraestrutura e demarcação das áreas de preservação permanente e dos talhões de cultivo;</p> <p>Início dos serviços de campo relativos à implantação de infraestrutura, usando aparelho GPS para demarcar áreas reflorestáveis.</p>	
d)	Sim	<p>A Organização possui um procedimento específico de colheita (PC-CFL-001 - Colheita Florestal Mecanizada) onde são descritos todos os processos necessários para a operação adequada. O microplanejamento da colheita é um documento de porte obrigatório do encarregado e dos operadores de máquinas da colheita, que o utilizam como referência durante as atividades. O referido procedimento estabelece os procedimentos operacionais de colheita mecanizada de eucalipto, visando atender os requisitos de qualidade, segurança, meio ambiente, saúde ocupacional, aspectos sociais das atividades envolvidas e requisitos relacionados à cadeia de custódia e madeira controlada.</p>	N/A
e)	Sim	<p>Os estudos realizados para a identificação das áreas de importância ambiental leve em consideração as peculiaridades do solo e dos recursos hídricos da área. Além disso, estas áreas definidas como AAVCs são locais com características ambientais e, ou, sociais de caráter excepcional ou de importância crítica. São consideradas prioritárias para a conservação, nas quais certos valores ou atributos de Alto Valor de Conservação (High Conservation Value – HCVs) são identificados e devem ser mantidos ou ampliados. A organização possui hoje cerca de 105 mil hectares de áreas naturais, sendo 6.063 hectares ocupados por uma unidade de conservação: a RPPN Estação Veracel. A RPPN foi reconhecida pela Portaria 149 de 05 de novembro de 1998 do Ibama e teve seu plano de manejo aprovado pelo ICMBio, na portaria 38, de 14 de maio de 2009. Em 2015 o plano de manejo começou a ser revisado pela Conservação Internacional com previsão de conclusão e protocolo no ICMBio em 2016.</p>	N/A
4.2			

a)	Sim	<p>Durante as auditorias em campo não foi verificado nenhum tipo de problema causado por falta de estruturas de conservação de estradas adequadas. A Organização mantém uma empresa prestadora de serviços realizando a manutenção das estradas durante todo do ano, através das instruções de trabalho contidas no procedimento PG-EFL-001: Construção e Manutenção de Estradas, o qual fixa padrões básicos necessários à execução das atividades de abertura, construção e conservação de estradas, de modo a minimizar impactos ambientais e sociais permitindo que a trafegabilidade de máquinas e veículos seja contínua, ágil e segura. Além disso, orienta acerca da metodologia para recuperação de áreas de empréstimo e outras áreas degradadas, abertas para a retirada de materiais utilizados na construção e manutenção de estradas. Os outros documentos básicos de referência são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PG-PGA-006 - Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-PGA-007 - Monitoramento de Fumaça Preta; - Manual Técnico de Construção e Manutenção de Estradas de Uso Florestal; - Programa Anual de Suprimento de Madeira e; - PG-STB-002 - Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais. 	N/A
b)	Sim	<p>A Organização apresentou as justificativas técnicas para a aplicação de fertilizantes e as respectivas dosagens. O monitoramento da fertilidade é feito por meio da coleta de solo antes do plantio, em áreas de reforma/rebrota e de implantação (após talhonamento), em todos os talhões da Empresa. As amostras são analisadas em laboratório para que sejam avaliados os teores dos nutrientes presentes no solo e factíveis de absorção pelas plantas.</p> <p>Com base nesses resultados e na produtividade esperada para o ciclo seguinte, são calculadas as doses de adubos, para complementar o fornecimento de nutrientes às plantas e recompor a fertilidade do solo.</p> <p>O monitoramento do estado nutricional dos povoamentos de eucalipto é feito por meio de amostragem de folhas em árvores com um ano de idade. Elas são analisadas em laboratório para se obter os teores dos nutrientes nesse tecido vegetal. A partir dessas informações e da definição do tipo de manejo a ser aplicado na área (implantação, reforma ou rebrota), a recomendação de adubação é repassada à área de Silvicultura, responsável pela condução das atividades no campo. Os documentos de referência são:</p>	N/A

		IT PeD 007 - Preparo de solo e; IT PeD 009 Instrução técnica para adubação.	
c)	Sim	<p>A organização realiza o monitoramento dos parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos relevantes. O monitoramento edáfico/hídrico teve início em 2008, com a realização de quatro campanhas naquele ano. Em 2009, o monitoramento passou a ser feito com duas campanhas, conforme a sazonalidade. As amostras das análises de qualidade de água superficial, subterrâneas e solo eram coletadas nos Rios São José do Rio Salsa, Santo Antônio (Putumuju e Ponto Central), Santa Cruz, Buranhém e Caraívas e no Poço Microbacia Projeto Perobas II. O objetivo do monitoramento é acompanhar o padrão de água e as possíveis contaminações dos mananciais pelos produtos utilizados nas operações florestais, em especial por glifosato (para controle ervas daninhas) e sulfluramida (controle de formigas cortadeiras), principais produtos consumidos no manejo florestal pela organização. Além destes monitoramentos, são realizados estudos relativos aos impactos do eucalipto sobre solos e águas, de forma a gerenciar os impactos das operações florestais sobre a água, a Organização mantém um projeto em parceria com o Programa de Monitoramento de Microbacias (PROMAB) do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF). O projeto consiste no monitoramento da vazão e da qualidade da água do rio através de vertedores, em dois conjuntos de microbacias hidrográficas pareadas. Duas delas localizadas na região litorânea, sendo uma em área de preservação permanente na Estação Veracel e a outra, em área de plantio comercial. O segundo par de microbacias, também uma em área de plantio comercial e outra em área proteção, estão localizadas mais ao interior no município de Guaratinga. A água subterrânea é monitorada por meio de poços piezométricos apenas nas microbacias da região litorânea. O monitoramento das microbacias pareadas na região litorânea teve início em 2006, enquanto das microbacias da região de Guaratinga em 2016 e a comparação dos dados do monitoramento das microbacias das florestas plantadas com seu par em área de preservação permite avaliar os possíveis impactos das operações de cultivo do eucalipto sobre o balanço hídrico e sobre o solo, principalmente nos aspectos ligados à erosão, ao escoamento superficial da água da chuva e ao transporte de nutrientes até o lençol freático e cursos d'água.</p>	N/A

d)	Sim	<p>Durante as auditorias em campo não foi verificado nenhum tipo de problema causado por falta de estruturas de conservação de estradas adequadas. A Organização mantém uma empresa prestadora de serviços realizando a manutenção das estradas durante todo do ano, através das instruções de trabalho contidas no procedimento PG-EFL-001: Construção e Manutenção de Estradas, o qual fixa padrões básicos necessários à execução das atividades de abertura, construção e conservação de estradas, de modo a minimizar impactos ambientais e sociais permitindo que a trafegabilidade de máquinas e veículos seja contínua, ágil e segura. Além disso, orienta acerca da metodologia para recuperação de áreas de empréstimo e outras áreas degradadas, abertas para a retirada de materiais utilizados na construção e manutenção de estradas. Os outros documentos básicos de referência são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PG-PGA-006 - Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-PGA-007 - Monitoramento de Fumaça Preta; - Manual Técnico de Construção e Manutenção de Estradas de Uso Florestal; - Programa Anual de Suprimento de Madeira e; - PG-STB-002 - Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais. 	N/A
4.3			
a)	Sim	<p>A Organização utiliza agrotóxicos e possui os seguintes procedimentos e instruções de trabalho que, de alguma forma, integram as orientações sobre o tema, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PL-FLO-001: Plano de Manejo; - PG-PGA-006: Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; - NBR - 10.004:2004 - Classificação de resíduos sólidos; - PG-SAT-001 – Plano de gerenciamento de Resíduos de Saúde Serviços de Saúde e; - PG-SUP-002 - Manuseio, armazenagem de insumos e descarte de resíduos. <p>Os respectivos estudos para avaliação de agrotóxicos foram apresentados à equipe de auditores durante a análise documental. Durante as entrevistas e auditorias</p>	N/A

		em campo foi verificado que o manejo utiliza as instruções elaboradas nos documentos acima durante a utilização de produtos químicos.	
b)	Sim	Durante a auditoria a Organização apresentou uma série de documentos com informações relevantes sobre os produtos químicos, incluindo inventários atualizados dos produtos utilizados e disponíveis e registros de uso dos agrotóxicos, com o nome do produto e do profissional responsável, classificação, local de aplicação, método, dosagem, quantidade total utilizada e datas de aplicação. Os depósitos de produtos químicos da organização foram vistoriados durante a auditoria e não foram encontrados problemas ou não conformidades de acordo com o presente padrão.	N/A
c)	Sim	O EMF solicitou derrogação coletiva para a Sulfluramida que foi concedida em abril de 2010 com validade até abril de 2015. O pedido de extensão de derrogação foi solicitado em janeiro de 2015 e concedido em fevereiro de 2016, com validade até 29 de fevereiro de 2021.	N/A
d)	Sim	A Organização possui um programa de treinamento integrado onde os colaboradores recebem treinamentos específicos e gerais sobre as atividades de manejo ao longo do ano, com diversas e consecutivas reciclagens. Para o tema dos produtos químicos, foi apresentada a lista de presença do último treinamento realizado entre 24 e 26 de abril de 2017, com itens da norma regulamentadora 31 (NR-31) com temas correlatos ao transporte, manuseio, aplicação, armazenamento e disposição final de produtos.	N/A
e)	Sim	Durante a auditoria a Organização apresentou uma série de documentos com informações relevantes sobre os produtos químicos, incluindo inventários atualizados dos produtos utilizados e disponíveis e registros de uso dos agrotóxicos, com o nome do produto e do profissional responsável, classificação, local de aplicação, método, dosagem, quantidade total utilizada e datas de aplicação. Os depósitos de produtos químicos da organização foram vistoriados durante a auditoria e não foram encontrados problemas ou não conformidades de acordo com o presente padrão.	N/A
f)	Sim	A Organização possui um programa de treinamento integrado onde os colaboradores recebem treinamentos específicos e gerais sobre as atividades de manejo ao longo do ano, com diversas e consecutivas reciclagens. Para o tema dos produtos químicos, foi apresentada a lista de presença do último treinamento realizado entre 24 e 26	N/A

		de abril de 2017, com itens da norma regulamentadora 31 (NR-31) com temas correlatos ao transporte, manuseio, aplicação, armazenamento e disposição final de produtos.	
g)	Sim	<p>A Organização utiliza agrotóxicos e possui os seguintes procedimentos e instruções de trabalho que, de alguma forma, integram as orientações sobre o tema, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PL-FLO-001: Plano de Manejo; - PG-PGA-006: Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; - NBR - 10.004:2004 - Classificação de resíduos sólidos; - PG-SAT-001 – Plano de gerenciamento de Resíduos de Saúde Serviços de Saúde e; - PG-SUP-002 - Manuseio, armazenagem de insumos e descarte de resíduos. <p>Os respectivos estudos para avaliação de agrotóxicos foram apresentados à equipe de auditores durante a análise documental. Durante as entrevistas e auditorias em campo foi verificado que o manejo utiliza as instruções elaboradas nos documentos acima durante a utilização de produtos químicos.</p>	N/A
h)	Sim	<p>A Organização utiliza agrotóxicos e possui os seguintes procedimentos e instruções de trabalho que, de alguma forma, integram as orientações sobre o tema, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PL-FLO-001: Plano de Manejo; - PG-PGA-006: Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; - NBR - 10.004:2004 - Classificação de resíduos sólidos; - PG-SAT-001 – Plano de gerenciamento de Resíduos de Saúde Serviços de Saúde e; - PG-SUP-002 - Manuseio, armazenagem de insumos e descarte de resíduos. <p>Os respectivos estudos para avaliação de agrotóxicos</p>	N/A

		foram apresentados à equipe de auditores durante a análise documental. Durante as entrevistas e auditorias em campo foi verificado que o manejo utiliza as instruções elaboradas nos documentos acima durante a utilização de produtos químicos.	
i)	Sim	<p>A Organização utiliza agrotóxicos e possui os seguintes procedimentos e instruções de trabalho que, de alguma forma, integram as orientações sobre o tema, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PL-FLO-001: Plano de Manejo; - PG-PGA-006: Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; - NBR - 10.004:2004 - Classificação de resíduos sólidos; - PG-SAT-001 – Plano de gerenciamento de Resíduos de Saúde Serviços de Saúde e; - PG-SUP-002 - Manuseio, armazenagem de insumos e descarte de resíduos. <p>Os respectivos estudos para avaliação de agrotóxicos foram apresentados à equipe de auditores durante a análise documental. Durante as entrevistas e auditorias em campo foi verificado que o manejo utiliza as instruções elaboradas nos documentos acima durante a utilização de produtos químicos.</p>	N/A
j)	Sim	<p>A Organização apresentou as justificativas técnicas para a aplicação de fertilizantes e as respectivas dosagens. O monitoramento da fertilidade é feito por meio da coleta de solo antes do plantio, em áreas de reforma/rebrota e de implantação (após talhamento), em todos os talhões da Empresa. As amostras são analisadas em laboratório para que sejam avaliados os teores dos nutrientes presentes no solo e factíveis de absorção pelas plantas.</p> <p>Com base nesses resultados e na produtividade esperada para o ciclo seguinte, são calculadas as doses de adubos, para complementar o fornecimento de nutrientes às plantas e recompor a fertilidade do solo.</p> <p>O monitoramento do estado nutricional dos povoamentos de eucalipto é feito por meio de amostragem de folhas em árvores com um ano de idade. Elas são analisadas em laboratório para se obter os teores dos nutrientes nesse tecido vegetal. A partir dessas informações e da definição</p>	N/A

		do tipo de manejo a ser aplicado na área (implantação, reforma ou rebrota), a recomendação de adubação é repassada à área de Silvicultura, responsável pela condução das atividades no campo. Os documentos de referência são: IT PeD 007 - Preparo de solo e; IT PeD 009 Instrução técnica para adubação.	
4.4			
a)	Sim	Durante entrevistas com os gestores e análise de documentos foi apresentado o plano documentado de gerenciamento de produtos químicos e resíduos, incluindo procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e disposição final. Os principais documentos da Organização que tratam do assunto são: - PL-FLO-001: Plano de Manejo; - PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; - PG-PGA-006: Gestão de Resíduos Sólidos; - PG-STB-002: Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais – Rev. 01; - PG-PLF-008 - Projeto Técnico, Econômico, Ambiental e Social; - PG-SIL-011 - Monitoramento Florestal; - PG-PGA-003 - Monitoramento Ambiental; - PG-SIL-003 - Formação de Plantios de Eucalipto; - NBR - 10.004:2004 - Classificação de resíduos sólidos; - PG-SAT-001 – Plano de gerenciamento de Resíduos de Saúde Serviços de Saúde e; - PG-SUP-002 - Manuseio, armazenagem de insumos e descarte de resíduos.	N/A
b)	Sim	Durante entrevistas com os gestores e análise de documentos foi apresentado o relatório atualizado da disposição final dos resíduos perigosos, incluindo, além da licença ambiental, todos os comprovantes, manifestos e certificados correspondentes ao coprocessamento, incineração e re-refino, tanto dos resíduos das áreas de manejo florestal, como do viveiro. Também foram auditadas as instalações do Projeto Vida, com sede dentro da fábrica de celulose da Veracel e que é o responsável pela coleta, armazenamento transitório e destinação final de resíduos.	N/A
c)	Sim	Durante entrevistas com os gestores e análise de documentos foi apresentado o relatório atualizado da disposição final dos resíduos perigosos, incluindo, além da licença ambiental, todos os comprovantes, manifestos e certificados correspondentes ao coprocessamento,	N/A

		incineração e re-refino, tanto dos resíduos das áreas de manejo florestal, como do viveiro. Também foram auditadas as instalações do Projeto Vida, com sede dentro da fábrica de celulose da Veracel e que é o responsável pela coleta, armazenamento transitório e destinação final de resíduos.	
d)	Sim	A Organização apresentou seu procedimento emergencial para o caso de acidentes com produtos químicos (PR-SEG-005 - Programa de Controle de Emergências Florestais). No item 5 (Tipos de Emergências) constam os procedimentos para emergências envolvendo produtos químicos.	N/A
e)	Sim	A organização conta com área específica de manutenção mecânica de equipamentos florestais, além da cogestão da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos próprios em uso na colheita e no pátio de toras. Esta equipe, tem como uma de suas responsabilidades principais a definição da frequência e metodologia do monitoramento de fumaça preta nos veículos com motores a diesel. Foram apresentados os controles relativos a emissão de fumaça preta da EPS Vale do Amazonas (Monit_Fumaca_Preta).	N/A
Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal			
5.1			
a)	Sim	A organização apresentou a Planilha de Aspectos e Impactos Socioambientais de Caráter Regional – Extremo Sul da Bahia, com a avaliação de impactos socioeconômicos associados às diversas etapas do manejo florestal: silvicultura, colheita florestal, estrada e transporte de madeira. Os impactos são descritos e classificados conforme sua severidade, abrangência e frequência, resultando em níveis de significância de 1 a 18, sendo considerados críticos os impactos classificados a partir do nível 8. Para cada impacto estão listados os procedimentos que orientam as medidas de controle, prevenção e mitigação endereçando áreas responsáveis (segurança, comunicação, silvicultura, etc.) e, quando cabível, auditorias internas. Foi evidenciado em campo e entrevistas às partes interessadas que a avaliação de impactos é proporcional à escala e intensidade das operações. O documento (PG-TB-002, revisão 01) Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais orienta que a análise de impactos deve considerar “demandas de partes interessadas oriundas dos programas de	N/A

		<p>relacionamento com as comunidades (Ação e Cidadania, Formação Social de Jovens Agentes Multiplicadores e Promotores de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário e outros), PTEAS, estudos e diagnósticos realizados pela organização, as condicionantes de licenciamento e as demandas sociais obtidas pelos diferentes canais de comunicação”, garantindo o viés participativo. O documento também orienta a atualização da Planilha de Aspectos e Impactos com eventuais novos impactos avaliados. Para os impactos diretos advindos das operações florestais são realizados eventos de Ação e Cidadania no período prévio, onde são atualizadas as avaliações participativas de impactos e definidas, junto às comunidades, as medidas de prevenção e mitigação, além de divulgação dos canais de comunicação com a organização. Em auditoria de campo e em entrevistas às partes interessadas as orientações do procedimento vêm sendo observadas pelas diversas equipes técnicas.</p>	
b)	Sim	<p>O documento (PG-TB-002, revisão 01) Matriz de Aspectos e Impactos Globais e Operacionais define na Classificação da Abrangência dos Impactos Ambientais e Socioeconômicos os impactos adversos e suas tratativas. Também foi apresentada a Planilha de Aspectos e Impactos Socioambientais de Caráter Regional – Extremo Sul da Bahia, com a avaliação de impactos socioeconômicos e os procedimentos que orientam as medidas de controle, prevenção e mitigação endereçando às áreas responsáveis. As ações de prevenção e mitigação de impactos advindos diretamente das operações são definidas junto às comunidades nos eventos pré-operações de Ação e Cidadania. Para os impactos socioeconômicos regionais são definidas ações e projetos sociais juntos aos grupos de partes interessadas, incluindo movimentos sociais. A organização apresentou uma planilha que funciona como registro de todas as informações referentes a reclamações de partes interessadas, inclusive sobre perdas e danos (Monitoramento dos Impactos Socioambientais Pré Operações – Plano de Ação PTEAS 2017). Nela devem ser registradas também as respostas fornecidas, as tratativas com planos de ação e <i>status</i> da ocorrência. Há diversas reclamações de moradores da uma comunidade, relativas a perdas e danos provocados pelas operações florestais, registradas desde junho de 2017. Das 13 reclamações identificadas, quatro vêm sendo tratadas, mas as tratativas não foram registradas na matriz de</p>	OBS #03/18

		acompanhamento e as outras permanecem em aberto. É relevante estabelecer tratativas para todas as reclamações e registrá-las na ferramenta de gestão de informações sobre demandas de partes interessadas, facilitando o acompanhamento dos planos de ação estabelecidos (OBS #03/18).	
c)	Sim	A organização estabelece em procedimento (PG-SER-001 Recrutamento e Seleção) a priorização, sempre que possível, da contratação de pessoas da região de atuação da organização, do estado da Bahia e de outros estados, nesta sequência. A organização firmou parceria com SENAI (Itabela e Itagirim), SENAC e FIEB, para desenvolver treinamentos e formação profissional para população local em Assistente Administrativo; Manutenção de Máquinas Agrícolas, Operador de Máquina Florestal, e Manutenção Elétrica. A organização doou os terrenos para a instalação do prédio do SENAI e fez aquisição dos materiais para o Laboratório da FIE (Veracel Notícias - Contratações Itagi; Curso de Formação de Operadores de Máquinas Florestais; Parceria entre Veracel e Prefeitura de Eunápolis).	N/A
d)	Sim	Foi verificado que a organização protege e garante o acesso aos sítios de especial significados identificados (Mapa Comunidades 21-11-2017; PG-STB-005 - Sítios Arqueológicos, Históricos e de Valor Cultural ou Social_nc; fotos de sítios arqueológicos identificados; visitas de campo)	N/A
e)	Sim	Não foram encontradas situações de uso de conhecimentos tradicionais pelas operações florestais.	N/A
f)	Sim	A organização estabelece em procedimento (PG-SER-001 Recrutamento e Seleção) a priorização, sempre que possível, da contratação de pessoas da região de atuação da organização, do estado da Bahia e de outros estados, nesta sequência. A organização emprega 757 trabalhadores próprios e 2.492 trabalhadores terceirizados (parceiros permanentes). Considerando trabalhadores próprios e terceiros, 64,7% dos empregados são residentes no município de Eunápolis, 14% no município de Belmonte, 9,6% no município de Porto Seguro e 10% em outros municípios de atuação da organização. Apenas 1,7% são provindos de outras regiões (planilha residência terceiros e próprios 10.2017).	N/A
g)	Sim	A organização contrata EPSs locais para execução das atividades florestais (MacPlan; Trevo Florestal; KTM; entre outras). As EPSs parceiras geram 2.492 empregos, sendo	

		<p>98% destinados a população local (planilha residência terceiros e próprios 10.2017). A organização desenvolve parcerias com Associações e Instituições comunitárias em sua área de atuação para promoção do empreendedorismo local. Nas visitas conduzidas às comunidades, durante o processo de auditoria, foram visitadas a fábrica de gelo na comunidade pesqueira de Santo Antônio, no município de Santa Cruz Cabrália e a Casa do Mel (entrepasto) que foi construído em um terreno doado pela organização e recursos do governo estadual em parceria com a ASAPMA, município de Guaratinga. A organização também incentiva e apoia o desenvolvimento do programa de fomento florestal, que compra madeira de pequenos, médios e grandes produtores da região.</p>	N/A
h)	Sim	<p>A organização desenvolve o Programa de Qualidade de Vida com objetivos de: acompanhar problemas de saúde cardiovasculares de seus funcionários próprios (aferição de pressão, exames clínicos adicionais para diagnosticar diabetes e colesterol e outras doenças); e recomendação e estímulos às mulheres para realizarem exames de rotina (investigação de câncer de mama e do útero, atividades físicas, e exames ginecológicos). São realizadas campanhas de vacinação (antigripal, tétano, febre amarela e rubéola). Disponibiliza para seus trabalhadores próprios auxílio creche no valor de R\$ 532 reais, auxílio escolar no valor de R\$ 873 reais (até o ensino médio) e auxílio para educação especializadas dos filhos com necessidades especiais, no valor de R\$ 720 reais. Os valores são por filho, em idade escolar, e devidamente matriculado. São celebrados convênios com farmácia para descontos nos preços de venda, com pagamento direto com o empregador (STR 2017 ratificação; A Importância das atividades físicas para mulheres; Prevenção do Câncer de Mama, Consulta Ginecológica). Nas entrevistas conduzidas com os gestores da organização e análise documental (holerites das EPS Trevo, BR Florestal e Sollum) foi evidenciado que a organização disponibiliza para todos os seus trabalhadores, próprios e terceiros, Planos de Saúde e Odontológico. Os Planos de Saúde para os trabalhadores terceirizados funcionam com regime individuais e/ou familiares de coparticipação. Os limites máximos dos descontos a serem aplicados para os trabalhadores é estabelecido em acordo coletivo firmado com o STR (Eunápolis). São realizados anualmente exames médicos de rotinas.</p>	N/A

i)	Sim	Existe um Programa de Educação Ambiental da organização que atende crianças dos municípios de base das áreas de manejo, voltado à cidadania e conservação ambiental. Educar para a transformação, a participação e o compromisso dentro de uma visão sistêmica e transdisciplinar da questão ambiental (Programa de Educação Ambiental da Veracel).	N/A
j)	Sim	A organização possui um Programa de Educação Ambiental realizado em parceria com a Estação Veracel. O programa tem como objetivo realizar a educação ambiental voltada para a cidadania e resgate do sentimento de pertencimento da Terra. Entre as linhas de atuação do programa está o projeto Educação Ambiental para Colaboradores que visa formar multiplicadores da Veracel e empresas parceiras para que repliquem o assunto aprendido em DDMA em cada área da empresa. O tema abordado em 2016 foi Razões Práticas e Objetivas para Conservar a Natureza. Nesta edição, 76 colaboradores foram treinados (PEAV RTGA -2016).	N/A
5.2			
a)	Sim	A partir de 2017, a organização não realiza mais a impressão de seu Resumo Público do Plano de Manejo. Apesar de não apresentar o documento de forma física para as partes interessadas, a organização não deixa de divulgar as informações contidas neste documento de forma bastante ampla e democrática. A nova estratégia de divulgação, consiste apenas na publicação do resumo público em sua versão digital, através da construção de página da internet denominada Da Bahia para o mundo (www.dabahiaparaomundo.veracel.com.br/), onde também é apresentado o Relatório de Sustentabilidade da organização. Para melhor divulgação e compreensão deste material a organização promove encontros anuais com jovens agentes multiplicadores das diversas comunidades afetadas por suas operações, onde a utilização do site é tema frequente das discussões. No último ano foi realizado o 1º Fórum de Protagonismo Social Juvenil do Sul da Bahia – Ser, pensar, agir e comunicar (POSTE CONVITE PARA RESUMO PÚBLICO). Além desta forma de divulgação, via eventos de capacitação, foram feitas chamadas de 30 segundos nos canais locais abertos de televisão e nos cinemas da região. A equipe de auditoria pode constatar nas visitas de campo, o amplo conhecimento da organização por parte das comunidades e demais partes interessadas envolvidas, inclusive nas áreas mais distantes e com baixa	N/A

		estrutura de comunicação, demonstrado que o trabalho de divulgação é bastante eficiente e cumpre o papel necessário a difusão.	
b)	Sim	A organização apresentou o documento (PC-COM-001, revisão 01) Comunicação com Partes Interessada, que define como canais de comunicação com partes interessadas: sistema Fale Conosco; Relatório de Sustentabilidade; Programa de visitas; website; Diálogo ativo. Este último canal de comunicação é voltado às comunidades e deve ocorrer em duas dimensões. No plano tático operacional, para o alinhamento, clareza e atuação responsável das áreas de negócio da organização conforme a percepção e demandas das comunidades diretamente afetadas. No plano de desenvolvimento territorial, propicia o endereçamento do papel de agente de desenvolvimento econômico da organização, confere transparência via disseminação de informações regionais e comunitárias, vinculando com as informações de ocupação e uso do solo no território, temas de interesse e a intensidade de operação florestal ou de logística, engaja e mobiliza as áreas da empresa e articula partes interessadas neste movimento. Em auditoria de campo foi possível evidenciar por meio de visitas e entrevistas que os canais de diálogo permitem efetiva comunicação e engajamento de partes interessadas, no sentido de esclarecer dúvidas sobre as operações florestais, orientar sobre ações de segurança, levantar demandas e reclamações, estabelecer acordos e encaminhar ações e projetos.	N/A
c)	Sim	A organização apresentou a planilha Monitoramento dos Impactos Socioambientais Pré Operações – Plano de Ação PTEAS (2017), contendo campos sobre: código do monitoramento de impacto social (gerado quando é definido plano de ação para reclamação de parte interessada); data; projeto da Organização; origem da demanda; aspecto; impacto identificado; referência; responsável pela tratativa; medida mitigadora/prevenção; <i>status</i> . Na planilha devem ser registradas todas as reclamações de partes interessadas que geram plano de ação, para devido monitoramento. Entretanto, cerca de 10% das ocorrências registradas não indicam as tratativas nem o <i>status</i> . Em especial destacam-se reclamações de moradores da comunidade Embaré sobre perdas e danos, registradas desde junho de 2017 e que permanecem em aberto. Das 13 reclamações (em oito entradas), foi possível evidenciar tratativas de apenas quatro. É	N/A

		relevante que a ferramenta de registro e monitoramento seja utilizada para estes fins, facilitando o acompanhamento das respostas fornecidas e eventuais planos de ação estabelecidos. Foi emitida a OBS #03/18 no Indicador 5.1. b).	
d)	Sim	Os trabalhadores informam que são filiados às entidades sindicais representantes dos trabalhadores da sua categoria. Foi evidenciado por meio de entrevistas com o STR, principal sindicato representante dos trabalhadores florestais, que a organização respeita o direito dos trabalhadores se organizar ou filiar a entidade sindical e participar de negociações coletivas. A organização apresentou as cópias atualizadas, e atas de mediações, dos acordos coletivos aplicados para seus trabalhadores próprios e terceiros. Na análise documental amostral foram analisados os acordos coletivos aplicados para os trabalhadores próprios e trabalhadores terceirizados das empresas KTM, Sollum, Trevo, MacPlan, e BR Florestal (STR 2017 reratificação; STR KTM Trevo Sollum; MacPlan: Acordo Coletivo (1ª parte); Acordo Coletivo (2ª parte); BR Acordo 2017 2018). Foi evidenciado que os representantes sindicais possuem canais de diálogos regulares com a organização e suas EPSs.	N/A